

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-4-2020.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezesseis horas e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Paulinho Motorista e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mendes Ribeiro, Valter Nagelstein, Felipe Camozzato, Cláudio Janta, Roberto Robaina, Adeli Sell, Cassio Trogildo, Márcio Bins Ely, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger e Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Mônica Leal, esta em tempo cedido por Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Karen Santos, João Bosco Vaz e Cláudia Araújo, esta em tempo cedido por Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista e Mauro Pinheiro. Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi rejeitada a Moção proposta por meio do Processo SEI nº 021.00055/2020-51, por dez votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Ricardo Gomes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, Airto Ferronato, Ramiro Rosário e Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Durante a sessão, Cassio Trogildo, Engº Comassetto, Mauro Pinheiro e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezenove horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol, colegas Vereadores e público que nos assiste pela TV Câmara. Venho falar o que defendi na semana passada: eu não estou contente com maneira como as coisas têm acontecido. Sei da dificuldade que o momento exige, sei da responsabilidade de todos nós, mas a gente está diante de um quadro extremamente difícil e complicado para todo mundo. Tem gente que está em perfeita situação de férias, tem gente que está muito bem em casa, mas tem gente que está precisando urgentemente do apoio da Câmara de Vereadores. Tem gente que está passando fome, tem os empreendedores que têm seus negócios há 20, 30 anos e estão desesperados, e o número de desemprego vem aumentando cada vez mais na cidade de Porto Alegre. Vejo os trabalhos essenciais funcionando na cidade, mas faço uma pergunta: por que nós não estamos trabalhando, se somos essenciais na vida do cidadão de Porto Alegre? As pessoas nos elegeram, nós representamos a cidade de Porto Alegre e estamos assistindo o Marchezan governar Porto Alegre, através de decretos, e a gente longe. Não conseguimos discutir, e o mais importante é a nossa tarefa de fiscalizar e, em casa a gente não consegue fiscalizar. Acho que nós podemos nos estruturar, organizadamente, com higiene. Sei também que temos vários vereadores no grupo de risco, e eu respeito muito isso, por isso acho que temos que nos organizarmos para voltar à atividade. As pessoas precisam da gente. O gabinete tem as condições e os meios para que a gente possa trabalhar, os contatos das pessoas estão lá no gabinete. Acho que se pode adequar o número de pessoas circulando na Câmara, as visitas por gabinete. Eu estou muito preocupado diante da situação, estou muito preocupado, e a Câmara precisa voltar a funcionar. Nós precisamos estar no plenário discutindo as questões, debatendo as questões, mostrando para a população de Porto Alegre que nosso papel é essencial, é fundamental na vida do porto-alegrense. Este é um apelo que eu faço, e eu respeito a opinião contrária, isso faz parte da minha criação, respeitar, entender, dialogar. Acho que a política não se faz sem conversa, sem diálogo. Eu só estou expondo, na minha opinião, o que precisamos. Eu não estou satisfeito com a forma como a gente está fazendo, é muito difícil trabalhar de longe, ver as pessoas precisando de ti e a gente não conseguir, de forma imediata, contribuir. As pessoas estão apavoradas, com problemas de saúde, e nós precisamos ter uma noção mínima do que Porto Alegre precisa em relação à saúde: leitos, aparelhos respiratórios, os testes... A gente precisa saber do número mínimo para que as coisas consigam voltar à normalidade. Por exemplo, quantas pessoas contaminadas precisa ter em Porto Alegre para que a gente possa ter uma luz no fim do túnel? Previsibilidade, a população quer previsibilidade, e nós, 36 vereadores, fazendo o nosso trabalho. Eu vejo o esforço de cada um, que, de maneira individual, está ajudando a todos que podem, porém eu acho que essa nossa ajuda não vai chegar a todos que precisam. Acho que é o momento, como eu disse antes, de a gente trabalhar cada um nas suas redes, com as suas pessoas, com os seus gabinetes. A Câmara precisa voltar a trabalhar o quanto antes. Com todo o respeito às moções, as moções sempre são bem-vindas, eu acho que a gente tem que

apoiar os bravos trabalhadores, mas a Câmara se reunir e votar moção online, vendo que tem uma tempestade do lado de fora, eu tenho minhas dúvidas. Era isso, pessoal. Acho que essa discussão pode crescer, acho que a gente pode discutir a volta ao trabalho na Câmara. Uma vez por semana, já é suficiente para que a gente tenha plenário, para que a gente tenha tribuna, para que a gente tenha meios de nossa voz chegar à população e naqueles que acreditam na gente. Era isso. Muito obrigado por me escutarem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Vereador Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Eu falei no início da reunião, mas não estavam todos ainda, então quero novamente, em primeiro lugar, me desculpar com os colegas e com a Câmara. Meu intuito nunca foi fazer zombaria com essa questão que é tão séria, e todos sabem que eu tenho trabalhado, todos os dias, para ajudar a minorar o problema das pessoas. Houve uma versão, e eu lamento essa versão, que diz que a gente estava zombando; nenhum veículo de imprensa me ligou para perguntar se a gente estava zombando. Nós fizemos um *meme*, é uma coisa que a gurizada sabe o que é, é um videozinho brincando, pois a pessoa que está se expondo muito na rua, quando chega em casa, pode trazer para dentro de casa a doença, e a morte celebra isso. Lamento mais uma vez, foi uma repercussão muito ruim para mim também, evidentemente, mas eu tenho a certeza de que sempre a verdade e o bem prevalecem. Essas coisas são passageiras. Eu compartilho das posições do Mendes, eu acho que nós temos que ter um protagonismo maior. Agradeço a Ver. Cláudia pela cedência do tempo. Mais uma vez, há um ditado que eu acho muito arrogante, inclusive, que diz “não te desculpes, porque teus amigos não precisam, e teus inimigos não acreditarão”. Mas há um adágio bíblico que diz que aquele que se humilha será exaltado, e aquele que se exalta será humilhado. Então, acho que é o momento de a gente ter humildade e reconhecer que errou, reconhecer que fez uma coisa que foi sem querer, que foi mal-interpretada e pedir desculpas, mais uma vez, em relação a isso. É isso que estou fazendo aqui junto a vocês. Foi uma brincadeira inocente e sem maldade, e as pessoas acabaram vendo maldade ali, e nós estamos todos muito chateados, eu e minha família.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde colegas e público que nos assiste, mais uma vez é um prazer estar compartilhando da companhia de vocês ainda que virtualmente. Gostaria de reforçar alguns dos pontos que nós

havíamos conversado já em reuniões passadas. Acho que a minha posição, e eu compartilho também da visão do Ver. Mendes, é a de que nós pudéssemos atender a demanda da população de Porto Alegre, que é aquela população que enxerga na Câmara uma atividade essencial, e estarmos mais presentes nas decisões da nossa cidade. Acho que a Prefeitura tem governado distante do Poder Legislativo, tem governado sozinha. Nossos esforços para nos aproximar têm sido feitos diariamente, e a gente precisa que isso se efetive. Acho que o exemplo que nós demos ao fazer a antecipação na devolução dos recursos ou mesmo na aprovação do projeto dos agentes de saúde temporários são grandes exemplos de como a Câmara é essencial neste momento. Obviamente, temos entre nós vários vereadores que são do grupo de risco e precisamos, sim, nos preocupar com isso. Ao mesmo tempo, nós precisamos ser criativos em pensar como podemos ser mais efetivos no nosso trabalho, preservando justamente a saúde de todos nós, especialmente a de quem está no grupo de risco, mas não fazendo com que fiquemos nós, vereadores, em segundo plano. Podemos estar contribuindo muito mais além de nós estamos fazendo, e vejo cada um dos vereadores fazendo seu papel, buscando trabalhar. Muitos vereadores que estão no grupo de risco estão assumindo o risco também, estão indo para a rua, entregando cesta básica, fazendo seu papel, pois se julga responsável e assume o risco por isso. Eu respeito muito isso e acho que a Câmara, como instituição, deveria ter um papel mais protagonista nesse momento e não apenas ficar esperando que tenhamos notícias. O prefeito falou, em entrevista, hoje pela manhã, na rádio Gaúcha, que “infelizmente o número de pessoas testadas não é tão significativo para a gente avaliar as medidas. É cedo ainda para termos um resultado”.

Acho que isso corrobora justamente com o que a gente vem cobrando, de termos mais informações, de conseguirmos ter mais previsão de quando teremos novos testes, de quando eles vão ser implementados, do que se pretende fazer nos próximos dias. A gente tem tido novidades, nos últimos dias, inclusive em protocolos de atendimento que estão surgindo, seja no caso da Prevent Sênior, seja em casos dos Estados Unidos, da França, onde está se fazendo o uso de medicações em início de sintomas. O que a Secretaria de Saúde pensa sobre isso? O que a Prefeitura está pensando sobre isso? O que isso muda em termos de perspectivas, de alteração dos nossos decretos? Tudo isso nós não sabemos. Hoje, é muito difícil que nós, vereadores... Talvez, com exceção dos vereadores mais próximos do prefeito ou do vereador Mauro que é líder do governo, os demais vereadores não sabem o que a Prefeitura pensa, não sabem o que a Secretaria de Saúde pensa, não sabem o que pretendem. Aí fica muito difícil a gente conseguir, inclusive, compartilhar as informações e orientações que muito nos são demandados pela população, cada um no seu nicho, cada um com aquela população que acabam tendo mais interação no mandato. Hoje nós estamos às cegas e ficamos como coadjuvantes de um processo que nós deveríamos estar ajudando a melhorar. Nosso papel enquanto servidores públicos é a justamente estar servindo ao público, e para servir ao público nós precisamos ter mais informações e mais responsabilidade. Responsabilidade aqui não quer dizer que nós sejamos irresponsáveis, mas sim de termos capacidade de ajudar na tomada de decisão que hoje está sequestrada pela forma como tem sido conduzido o papel, a tomada de

decisão da Prefeitura. Acho que isso é muito importante que mudemos o quanto antes possível, e eu saúdo todos os vereadores que têm se manifestado neste sentido. Obviamente, eu respeito divergências nesse ponto, mas acho que é preciso que nós demos um passo à frente para nos tornarmos mais ativos nesse processo e não tão reativos. Então, é essa a minha fala e agradeço, mais uma vez, a atenção de todos que ficaram me ouvindo. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Pessoal, eu queria dizer novamente que temos que definir os critérios... Eu me questiono o seguinte: sobre a atividade essencial, os colegas falaram aí, atividade essencial da Câmara de Vereadores. Eu acho que a primeira atividade essencial da Câmara é cumprir a lei, é cumprir os decretos do governo estadual, do governo federal até agora, e do municipal. Acho que o Congresso Nacional não está trabalhando, as assembleias legislativas não estão trabalhando, as câmaras de capitais não estão trabalhando. Eu acho que nós estamos fazendo o nosso trabalho, vários de nós, estão fazendo o seu trabalho, até as pessoas que estão no grupo de risco. Eu acredito que a preocupação é imensa, meu telefone não para de tocar, pequenos e médios empresários querendo saber como pegar os recursos do governo que até agora não saíram, os trabalhadores já estão chegando na época de receber, várias empresas – saiu hoje nos jornais – estão fazendo acordos de redução de jornada e redução de salários. Esse é o mundo. Só que em contrapartida, a gente vê países como os Estados Unidos, a Inglaterra, os países nórdicos e seus povos ampliando as medidas restritivas. Se está dando certo lá, por que nós vamos ir na contramão da história? Se estão dizendo que não está havendo aumento de casos é porque nós estamos cumprindo as determinações num período desses. Eu acho que é muito grande a responsabilidade de simplesmente a Câmara de Porto Alegre voltar sozinha. E outra coisa: o que vai mudar, se nós voltarmos? Quantos pedidos de informações nós tínhamos feito enquanto o plenário estava funcionando? Quantos pedidos e requerimentos nós tínhamos enquanto o plenário estava funcionando? Se nós tivéssemos que funcionar na sexta-feira, o secretário iria estar presente na Câmara de Vereadores? Nós só iríamos ficar... (Ininteligível.) Acho que nós temos que usar as nossas redes para falar essas coisas. Outra questão também: vamos voltar e terá máscara para todo mundo? Terá álcool gel para todo mundo? Nós vamos atuar onde, já que o nosso plenário não tem janela?. E as recomendações são para que seja num local bem arejado. Até agora nem a vacina da gripe nós conseguimos tomar - mesmo querendo pagar -, nós, vereadores de Porto Alegre e uma parcela grande da população. Eu acho que nós temos que usar o nosso poder de barganha para insistir muito mais ainda na questão do isolamento, principalmente na questão dos testes e das políticas já aprovadas, que estão em vigor, pelo Congresso Nacional, pelo Senado. Várias políticas

que ajudam a gerar emprego e renda, a garantir emprego, garantir renda para as pessoas, nós temos que exigir que sejam cumpridas. Eu tenho dúvidas na questão de voltar a trabalhar, eu começo a ter dúvidas, porque está no mundo inteiro. Hoje mesmo, nos Estados Unidos, o Presidente assume que, com a contenção toda que está sendo feita, podem morrer de 250 a 320 mil pessoas. Isso é um número quatro vezes maior do que o número de mortes na Segunda Guerra Mundial. E se não fizermos isso, morreriam de 1,5 a 2 milhões de pessoas. Essas são as medidas de contenção. É ruim, é difícil? Claro que é, mas é necessário e está se mostrando eficaz em vários países do mundo que mantêm essas medidas. Então, eu tenho grandes dúvidas se nós devemos, já na segunda-feira que vem ou na quarta-feira agora, voltar a trabalhar. Eu acho que nós temos que estudar e amadurecer muito isso, até porque deve também mudar também a postura do Governo Federal. Se é verdade que o Osmar Terra assume, acho que amanhã já estará todo mundo trabalhando. Seria isso, por enquanto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu estava dizendo que nós estamos fazendo uma sessão virtual da Câmara num momento em que está tendo uma mudança importante, na situação nacional, que, provavelmente, tenha implicações graves que é a demissão do ministro. Se a demissão do Ministro Mandetta se confirmar, será a confirmação de uma orientação que o Presidente Bolsonaro havia tentado já imprimir. Ele tem feito isso o tempo inteiro, tem provocado problemas, confusão e desordem no País, como todos têm percebido em várias manifestações, e desrespeitando a Organização Mundial da Saúde, mas parece que a orientação agora oficial será essa. E se isso ocorrer, é óbvio que tudo vai se agravar no País, como dizia o Ver. Janta, porque o Bolsonaro na linha de... Eu defendo o isolamento social, defendo quarentena, acho que são medidas necessárias, são medidas técnicas e científicas. Está comprovado, os governantes que não fizeram isso pediram desculpa, provocaram mortes desnecessárias. Agora, nós estamos vendo inclusive o Boris Johnson, o primeiro-ministro inglês, que está na UTI. Ele que desprezava o coronavírus está na UTI. E nós temos esta situação grave, e evidentemente que vai polarizar mais, pois está havendo um boicote por parte da máxima autoridade do País, em relação às medidas necessárias para tentar amenizar o impacto desse vírus sobre a vida das pessoas e sobre o nosso sistema de saúde. É nesse marco que nós estamos reunidos aqui fazendo esta sessão. Eu também compartilho a preocupação de vários vereadores de que não se pode infelizmente neste caso...Nós não temos um governo municipal que garanta a transparência nas suas ações e nas informações para a Câmara de Vereadores e que busque, na Câmara de Vereadores, uma parceria para governar, na Câmara de Vereadores e na sociedade civil organizada. Não é isso que nós temos visto. Nós temos demandado uma série de reivindicações na área da saúde que não vêm sendo cumpridas: demandas do tipo da

não demissão dos trabalhadores da área da saúde, do IMESF; demandas como a contratação imediata de concursados de 2016 - enfermeiros e técnicos de enfermagem - que precisam começar a trabalhar urgentemente; demandas para fazer com que os nossos hospitais Beneficência Portuguesa e Parque Belém sejam ativados para enfrentar esta crise. O governo infelizmente não escuta. Então, eu também acho que a Câmara tem que ter um protagonismo maior. Eu sugiro, como uma mediação, que nós tenhamos uma reunião emergencial presencial da Mesa com os líderes, para que a gente possa discutir, porque eu acho que se pode ter funcionamento virtual, sim, desde que o funcionamento virtual tenha um nível de organização que nos permita encarar os debates, para que a Câmara, de fato, funcione e não para que a gente faça de conta que está funcionando. Então, tem que ter uma hierarquização. Quais são as propostas? O Mauro Zacher falou sobre um projeto que ele tem, que é um projeto fundamental e que envolve a questão dos impostos municipais e de se ter uma informação básica para a população. Na minha fala inicial, falei que o prefeito está dizendo que vai colapsar o sistema de ônibus e não há nenhum tipo de atitude do governo em relação aos empresários que, hoje, provocaram uma paralisação dos rodoviários da Nortran, porque os empresários não estão pagando o tíquete, não estão pagando hora extra. E isso não é pós-coronavírus, é referente a março, não a abril. Não estou me referindo a esse colapso que nós estamos vivendo.

Eu acho que é muito preocupante a situação, tem uma mudança nacional que pode levar a um conflito razoável. Todo mundo que acompanha a política sabe que existe um conflito estabelecido no País, uma parte do Congresso Nacional, dos militares, dos partidos políticos estava, inclusive, colocando um certo apoio para o Bolsonaro não se meter tanto na gestão da crise. O Bolsonaro, depois dessa pesquisa que saiu dizendo que 59% não querem que ele renuncie, se encorajou para demitir o ministro da saúde, que, como bem expressava a moção do Cassio, está cumprindo uma linha. Eu não apoio o ministro da saúde politicamente, mas eu reconheço que ele estava buscando imprimir uma orientação ligada às prescrições da Organização Mundial da Saúde, enquanto que o Presidente da República estava contra. Esse foi o conflito que teve, e parece-me, o Bolsonaro decidiu levar esse conflito até o final com a demissão do ministro da saúde que cumpria as prescrições da Organização Mundial da Saúde. Agora pode ser que, de fato, nós tenhamos 100% de uma orientação de governo contrária ao que nós estamos defendendo em Porto Alegre majoritariamente - pelo que eu tenho entendido - ou seja, contrária à defesa do isolamento, à defesa da quarentena, à defesa de nós termos cuidado com esse assunto, não dizendo que é uma gripezinha, mas dizendo que é um gravíssimo problema que tem impacto sanitário e impacto econômico. Nós estamos tentando atuar sob os dois ângulos, e aí entram propostas de vários vereadores sob os dois ângulos.

Eu acho que a Câmara tem que ter um modo de funcionamento que nos permita abordar esses temas. Tem propostas que envolvem o fim de demissões na área da saúde, propostas que envolvem contratação, propostas que envolvem a abolição de taxas, e nós temos necessidade de debater o financiamento de tudo isso, e a Câmara, nesse caso, tem de funcionar. Portanto termino sugerindo que haja uma reunião da Mesa

e das lideranças, presencial, para que a gente possa dar o encaminhamento acerca dessas questões, para que a câmara tenha mais protagonismo, não para aparecer, mas para tratar de ajudar a resolver os problemas. Infelizmente, nesse sentido o governo não tem nos ajudado muito.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado. Boa tarde vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, TVCâmara, RádioWeb, eu quero, antes de mais nada, dizer que a Câmara de Vereadores cumpre com o seu papel integralmente. Nós fomos, talvez, a primeira instituição a doar R\$ 10 milhões para Prefeitura Municipal, já liberando a primeira parcela. Demos mais do que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público juntos; a Câmara, sim, está funcionando. Cada qual do seu jeito, é possível fazer doação de alimentos sem proselitismo, eu já fiz, não sou eu que entrego, as pessoas vão entregar, as pessoas que não estão com esse risco que algum nós temos. Nós estamos agindo e não deixamos de votar absolutamente nada, e, em tempo recorde, nós aprovamos a contratação de servidores. O prefeito não deixa o secretário vir conversar com a Câmara, não responde a nenhuma das nossas proposições, sejam feitas pelo SEI, sejam feitas diretamente pelo WhatsApp dele ou para os *e-mails* de vários órgãos. Diga-se de passagem, o sistema de acesso à informação, que eu já denunciei várias vezes, é vergonhoso. Nós estamos fazendo um levantamento, página por página, para mostrar que a Prefeitura é omissa, e nós vamos abrir processos, abrir uma ação civil pública contra o prefeito municipal, ele acha que pode governar como se rei fosse. Nós estamos vendo um ministro caindo, eu não vou defender o Mandetta, nem o Gabbardo, nem o Erno, com quem sempre tive boas relações, mas vai entrar um ministro que vai nos colocar nas trevas. Nós vamos fazer desobediência civil, sim, a todo e qualquer ato desse sujeito, porque ele não merece a confiança do povo brasileiro, nós vamos defender vidas.

Eu não concordo com reunião imediata presencial da Câmara. Nós devemos, até o próximo período, até as coisas ficarem mais claras, fazer as nossas reuniões virtuais e fazer o que tem que ser feito. Nós já propusemos a suspensão do pagamento do DMAE; tal qual o Senado da República fez, na sexta-feira, suspendendo os aluguéis até o dia 30 de outubro - falta a Câmara dos Deputados votar -, ou seja, é possível fazer isso? É possível propor renegociações? Sim, é possível. Nós estamos vendo em outras esferas. Por isso que a primeira coisa que nós temos que garantir, nós, os vereadores, junto ao prefeito, líder do governo, é o seguinte: EPI para todos os servidores e nenhuma demissão de servidor da saúde, muito menos do IMESF que faz a ponta com a periferia, com as comunidades que têm necessidades. Nós devemos, sim, garantir a dignidade para os moradores de rua. Isso é essencial, é emergencial, isso pode ser feito como nós estamos fazendo até agora.

Portanto, a bancada do PT - falo aqui no nome do Comassetto, do Oliboni, do Sgarbossa e em meu nome, líder da bancada do PT - se opõe a essa questão. Nós estamos aqui, a qualquer hora do dia ou da noite, para trabalhar e estamos trabalhando tanto quanto ou mais do que antes. Hoje os mecanismos eletrônicos nos dão essa condição. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Estou em liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. Primeiro quero saudar os meus colegas de bancada: Ver. Paulo Brum, nosso vice-presidente da Casa, Ver. Dr. Goulart, Ver. Luciano Marcantônio, Ver. Prof. Wambert e Ver. Hamilton. Está difícil dizer todos, porque cresceu bastante, leva tempo para falar todos os nomes da bancada. Tirando a brincadeira, quero dizer que, mais uma vez, é um prazer estar aqui com vocês, nessa sessão virtual que está sendo transmitida pela nossa TVCâmara, numa demonstração de que a Câmara vem cumprindo o seu papel institucional. Desde aquela segunda-feira, quando decidimos, de uma forma vanguardista, suspender os trabalhos presenciais, a Câmara tem dado uma demonstração de que é possível assim bem funcionar. Fomos pioneiros no País e, antes mesmo do Senado da República, votamos um projeto virtual. Este projeto - está aqui o líder do governo Mauro Pinheiro - era um projeto que todo ano tem que aprovar, para autorizar a contratação para a Operação Inverno. Com três emendas, em especial a emenda do Ver. Ricardo Gomes, nós transformamos o projeto em um projeto que possibilita o Executivo Municipal fazer toda e qualquer contratação na área da saúde. Portanto o governo já está com a previsão legal, para que possa fazer qualquer contratação na área da saúde. Estabelecemos, através de uma resolução de mesa, que iríamos votar virtualmente, quando necessário, projetos relacionados à pandemia, o que pode ser alterado, se assim a maioria entender, mas, neste momento, nós votaremos projetos que digam respeito à pandemia. Agora, uma reunião de Mesa estabelece esse formato simplificado da sessão, onde nós teremos períodos de comunicações, liderança e também a ordem do dia quando assim tivermos algum projeto a ser votado.

Quero justificar por que retirei a emenda que havia protocolado no sábado, não quero aqui causar nenhum desconforto, mas acho que não estava bem clara a questão da prejudicialidade. Entendo que a minha moção, por ter sido protocolada anteriormente a do Ver. Oliboni, toda a parte que dizia que apoiava os profissionais da saúde, prejudicava a moção do Ver. Oliboni. Portanto restaria, em caso de aprovação ou de não aprovação da minha moção, a parte da moção do Ver. Aldacir Oliboni que diz respeito ao apoio a não demissões de profissionais da saúde nesse período da pandemia. Creio que isso não seja um problema intransponível, realmente estamos aqui todos aprendendo, mas eu não me sentiria à vontade de tratar, conjuntamente, duas moções

que têm objetos diferentes: o apoio aos profissionais da saúde, incluindo o já anunciado demissionário, demissionário não, está sendo demitido, ministro da saúde, com seu secretário executivo João Gabbardo e com o nosso ex-secretário da saúde, gaúcho de Porto Alegre, Erno Harzheim. Não foi por esse motivo, pelo anúncio, que retirei a emenda, só para não gerar confusão. Já aproveitei aqui para dizer, Ver. Oliboni, que tenho total apoio com a parte da sua moção que era comum à minha moção. Acho que a parte que trata de assuntos que não devem ser resolvidos neste momento, que trata da não demissão, em especial de servidores do IMESF, não deveria ser objeto, neste momento, porque não será consenso e vai trazer para ótica, agora, de tentar resolver problemas do passado, que estão no passado, nesse momento. Nós demos autorização para o Executivo contratar qualquer profissional da saúde, então tratar de não demissão de servidores do IMESF, algo que já está pacificado nos tribunais, e que, inclusive por acordo, o Tribunal do Trabalho tem permitido que assim aconteça, sinceramente eu acho que não é o melhor.

Ainda, faço aqui uma solicitação: se V. Exa. retirar essa parte da sua moção, creio que o apoio aos profissionais da saúde não só de Porto Alegre, não só do Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil seja consenso entre nós. Que bem possamos construir os consensos e não os dissensos ou os debates que, neste momento, não dizem respeito à boa lógica ou ao bom encaminhamento.

Quanto à questão de reunião presencial, sempre fui o maior defensor de que se tivesse as reuniões virtuais. Assisti o líder do Democratas, meu querido amigo Mendes Ribeiro, cuja bancada o Presidente da Casa faz parte, defender que nós tenhamos reuniões presenciais. Eu quero dizer que a bancada do PTB não tem problemas com reuniões presenciais; e, se assim a Casa decidir, nós acompanharemos. Talvez, se fosse para decidir assim, seria um bom momento, no comparecimento, na quarta-feira, termos essa reunião de forma presencial. Logicamente teremos uma dificuldade importante: como faremos com aqueles colegas que são do grupo de risco? Teremos uma ferramenta, Luiz Afonso, para que eles participem da sessão, para que possam inclusive interagir de forma virtual, continuando a participação deles de forma virtual? Porque não acho que qualquer solução tenha que ser isonômica, ou seja, aqueles que podem estar presentes, estejam presentes, e aqueles que não podem, por fazer parte do grupo de risco, não percam a oportunidade de também participar do parlamento, porque foram eleitos para bem o fazerem. Era isso, meus queridos amigos e amigas neste primeiro momento, agradeço a oportunidade. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Cassio, se for essa a solução, nós vamos avaliar para ver se dá para conectar no painel.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Com certeza vais conseguir.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos e a todas. Obrigado, diretor. Cumprimentando o Presidente Pujol, cumprimento os demais vereadores que estão participando desta sessão virtual. Acho que as considerações foram bem encaminhadas, mas talvez também seja oportuno nós fazemos um esforço para, já nesta quarta-feira, tentarmos uma reunião presencial. Gradualmente, tentarmos, atendendo aos cuidados necessários - com máscara, luva, álcool gel, enfim -, preservando os vereadores que compõem o grupo de risco, de alguma forma, dar uma resposta, uma contribuição do Legislativo para a cidade. Com relação às ponderações, as questões da retirada da moção do Ver. Cassio, acho que, com essa configuração de novo cenário sobre o ministro da saúde, foi apropriada, sei que não foi isso que motivou a retirada da moção, mas acho que, também, ela estaria perdendo o objeto, tendo em vista que o Osmar Terra deve estar assumindo, pelo que a grande imprensa divulga.

Com relação à moção, Ver. Comassetto, acho que não teremos maiores problemas para acompanhar. Apenas acredito que, de alguma forma, nós precisamos também organizar um retorno, nem que seja gradual e semipresencial para alguns. Eu acho que nós vamos ter que fazer parte desse grupo, digamos, de pessoas que estão tentando restabelecer os trabalhos. Fica esta nossa consideração para o momento inicial. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras. Acho que esta reunião é muito produtiva. Quero salientar, para quem está nos vendo pela primeira vez, que nós havíamos votado, virtualmente, a decisão de a Câmara repassar à Prefeitura R\$ 10 milhões. Acho que é bom dizer isso, os vereadores estão abrindo mão, muitas vezes, das suas prerrogativas. Também acordamos e votamos a questão da contratação de médicos, enfermeiros. Isso foi muito bom para nós, embora, por ser uma sessão virtual, muitas vezes, não cheguem até a população essas informações. Tenho certeza de que nós, nas nossas redes sociais, passamos, nossos amigos passam, mas não foi bem salientada a questão nos veículos de comunicação. Precisava mais, mas isso porque estamos trabalhando virtualmente. Com certeza, e é onde eu quero chegar, se nós estivéssemos na Câmara – e eu já defendi que devemos voltar, embora eu tenha mais de 60 anos – seria outra coisa, é outra coisa o plenário. Claro que tem que ter toda preocupação, montar uma estrutura boa, apenas nós, não precisa nem ter assessores no plenário. Eu sei que o João Bosco disse que não pode, mas não pode entre aspas, tem muitas câmaras de vereadores que continuam abertas – a de Rio Grande, por exemplo, esta semana, está aberta. Não estão valorizando

o nosso trabalho, eu entendo, na questão virtual, e nós estamos sem condições de poder ver o que o poder executivo está fazendo. Estamos com as mãos amarradas. Então, eu acredito que nós podemos voltar. Inclusive, para salientar, nós estamos trabalhando para voltar, presencialmente, no dia 16. Nós poderíamos fazer uma reunião antes, se der, ou esperamos até o dia 16, como foi acordado – o Presidente comunicou a Casa –, para que nós tenhamos a condição de estar presencialmente. Tem muita coisa, como vocês salientaram, e nós precisamos interagir com a Prefeitura, para não dizer cobrar, porque nós temos a tarefa fundamental de fiscalizar. Olha, devem estar ligando para vocês, como ligam para mim, dizendo “vocês não podem fazer isso...”, coisas que são do Executivo, e não do Legislativo. Nós queremos interagir, fazer essa interlocução com a Prefeitura, coisa que, virtualmente, nós não conseguimos fazer, estamos em casa. Então eu acredito que é muito importante.

Quanto ao ministro da saúde, eu não tenho certeza ainda, muita gente está dizendo, mas eu aprendi na vida, até porque eu já saí de muitas coisas – de muitas me tiraram, de outras eu pedi para sair... Então, ninguém melhor do que eu que treinei em mais de 30 clubes, de muitos eu pedi demissão, da maioria, e de muitos me demitiram... Uma vez me disseram “ninguém é insubstituível”, e é verdade, o ministro não é insubstituível. Por mais que nós o respeitemos – ele tem o nosso apoio, é um grande ministro –, cada governo faz a sua estratégia. Hoje, eu estava escutando na mídia internacional que os países estão se preocupando e marcando até datas para voltar ao trabalho. Vão começar a liberar gradativamente algumas atividades de serviço, comércio. O Brasil não pode ficar tanto tempo assim. Aqui, nós temos cidades que não têm nenhum caso de coronavírus, temos que ter bom senso. Quando vai voltar? O Marchezan está falando em dia 30, eu tenho certeza de que até o dia 30, não digo que seja impossível, mas a pressão é muito grande... Eu acredito que há condição de entrar em um consenso, uma data, vamos trazer os prefeitos, os governadores para o diálogo. Eu sei que eles estão sendo pressionados, a mídia está pressionando, alguns setores da mídia estão pressionando, sim, os empresários estão pressionando. Então acho que deve haver um consenso. Vamos encontrar uma maneira de voltar ao trabalho sem prejudicar os vereadores, mas também o comércio, a indústria, tudo voltar gradativamente; se não, o cidadão – isso já está acontecendo – está tomando a decisão de ir para a rua, como vimos no final de semana. Então acho que nós devemos voltar, com todas as preocupações que os colegas já falaram, é verdade.

Para concluir, Luiz Afonso, quero dizer que, se a minha colega Mônica quiser, pode usar o meu período em Comunicações para complementar o seu raciocínio, essa lógica que nós estamos conversando. Acho que é o momento de nós nos unirmos, embora sejamos e tenhamos, muitas vezes, opiniões diferentes, mas neste momento precisamos dar uma resposta positiva de apoio, de fiscalização ao trabalho da Prefeitura, acho que isso fica muito bem para a sociedade. Muita gente está achando que nós estamos de férias, mas não, nós não estamos de férias, estamos trabalhando – é igual à doença, não é visível, não aparece, mas está aí. Então nós precisamos voltar à Câmara urgentemente, com todas as preocupações, é verdade. Não está proibido voltar, o que

não pode é fazer aglomerações. Se nós tivermos as precauções da ordem médica da Câmara e toda estrutura da Câmara, eu acho que é possível, sim. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estou ouvindo as falas. Realmente, é uma situação muito difícil. Como bem disse o Ver. Cassiá, nós não estamos parados, até porque a Câmara nos disponibilizou redirecionamento dos telefones fixos; mas nós estamos dissociados da Prefeitura, dos setores que usualmente nós contatamos, com as nossas atividades do dia a dia. Há preocupação quanto a esse retorno. Na Câmara, nós temos (Problemas técnicos no som. Ininteligível.) ...o gabinete, mas tudo é por telefone, também sem os servidores da Casa dificulta bastante. Esse retorno tem que ser bem pensado, porque além dos vereadores em idade de risco, nós temos também os funcionários da Casa, e não adianta, de repente, voltar se não tivermos todas as condições para isso. E a Prefeitura, com essa decisão de fechamento prolongado, também nos dificulta trabalhar de forma mais completa. Porque estamos trabalhando, como bem disse o Ver. Cassiá, mas eu tenho essas preocupações, na medida em que o Ver. Janta fez as colocações, mas, por outro lado, hoje começaram essas manifestações de pessoas que estão sentindo que têm que pagar o IPVA e não há arrecadação, não têm receita. Esse recurso federal e municipal vai ser um paliativo, ele não vai resolver o acúmulo dos compromissos das pessoas. Acredito que iniciando com um retorno gradativo vai ser positivo, com todos os cuidados; com todos os cuidados recomendados pelas autoridades da saúde e pela Organização Mundial da Saúde. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão virtual nesta tarde em que nós passamos aqui a nossa opinião diante dos fatos que estão acontecendo em relação ao combate do coronavírus e à proteção dos cidadãos e dos trabalhadores da área da saúde. Eu creio que nós não podemos esquecer que, já ao longo de alguns anos, a área da saúde tem perdido muito recurso, e esses recursos que os estados e municípios perderam foram votados no Congresso Nacional e sancionados pelo Presidente da República. E agora, num momento de extrema complexidade e preocupação, com uma pandemia, obviamente que os estados e os municípios estavam despreparados. Isso para nós é claro e preciso, na medida em que o

próprio governo não consegue importar aquilo que é mais importante, como respiradores e uma série de equipamentos que poderão salvar muitas vidas humanas. Os estados e municípios alegam que o governo federal não aporta recursos suficientes para fazer o dever de casa de ampliar as políticas que humanizam ainda mais o SUS - Sistema Único de Saúde.

Aqui em Porto Alegre nós vemos duas iniciativas importantes, ligadas ao Grupo Hospitalar Conceição e ao Hospital de Clínicas, dois hospitais federais; com relação ao Estado e municípios muito poucas iniciativas; inclusive isso foi reclamado pela própria secretária de saúde do Estado, e infelizmente ainda não ouvimos o secretário municipal de saúde. E pelo que se percebe, só é lançado ou defendido entre as ações, se tem recurso já rubricado e definido - coisa que ainda Porto Alegre me parece que não tem. Se, por um lado, é uma grande sorte ainda não ter um pico de casos baixados e que precisam de respiradores, por outro lado, é óbvio que há uma preocupação para ali, logo à frente, tipo no fim do mês de abril ou maio. Então, infelizmente, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul estão aquém da expectativa da população e isso é dito pelo povo, pelo povo do Estado e pelo povo de Porto Alegre. Nós percebemos algumas ações que poderiam ser importantes de parte do governo municipal e que não estão sendo vistas, como, por exemplo, isenção de tributos da água, ou da luz - no caso do Estado. Ainda ninguém falou nisso. A transferência de alguns casos muito pontuais em relação aos débitos ora efetuados, que o governo federal está aportando recursos, não se ouve nada do governo municipal em relação ao cadastramento e quem seria contemplado. Então há uma enorme dúvida no sentido de política do município em relação aos cidadãos que ora não se tem uma definição clara. Eu queria dizer que esta moção ora apresentada, Vereador Cassio, tem uma grande diferença em relação à moção de V. Exa., porque o Município mandou um projeto para a Câmara, votado por alguns vereadores, criando cargos, 800 e poucos cargos na Atenção Básica. O governo ainda não anunciou para ninguém quando vai ser esse concurso público, quando serão chamados. Seria uma enorme irresponsabilidade do Poder Legislativo e do Poder Executivo, no caso, agora, demitirem servidores, se ainda não se fez o concurso para poder absorver essas vagas que vão surgir. Então não tem por que demitir esses servidores. Seria um contrassenso, iríamos desassistir a população. Por isso a moção, a sinalização da Câmara dizendo aos trabalhadores... Não só aplaudir, como nós estamos aplaudindo junto à população, mas, mais do que isso, dizer que é um enorme equívoco querer demitir agora e deixar descoberta não só a Atenção Básica, mas a questão das vacinas, a questão das próprias emergências dos prontos atendimentos. Então, lamentavelmente o governo..., e creio que não vai fazer, mas a moção ajuda bastante nesse aspecto; é uma moção completa, além da solidariedade que ora todos estão fazendo, é um ponto muito especial o da não demissão. Porque o governo não teria nem como demitir, pelo fato de não ter aberto concurso para aquelas vagas ora abertas, nem mesmo das poucas abertas na operação inverno, que agora estão se inscrevendo para poderem entrar na rede toda. Então, nesse sentido eu queria dizer que é muito importante fazer algumas sinalizações, mas é mais importante ainda nós ouvirmos do governo qual é o plano que ele tem para Porto Alegre

em relação à saúde e também com relação aos pequenos e médios empresários porque, afinal, a gente não ouviu plano nenhum. E, por outro lado, quero pedir ao nobre Presidente Pujol que, para nós falarmos em retorno à Câmara, é preciso que o Sr. Presidente e que a Mesa Diretora apresentem um plano para a Casa, para servidores, assessores, vereadores: o que nós vamos ter disponível? Ou será que nós não percebemos que o nosso colega que está ao nosso lado não tem 30 centímetros de distância, e a Organização Mundial da Saúde preconiza que nós temos que manter pelo menos um ou dois metros de distância. Nós não estaremos fazendo o que a maior parte dos técnicos e autoridades de saúde estão recomendando; seria um tiro no pé. Para muitos não é, respeito a opinião, mas para nós retornarmos, tem que haver uma ação concreta a partir da nossa Casa, da nossa Câmara. Por isso eu acho que é de fundamental importância que, se tem uma perspectiva de retorno para a próxima semana, numa sessão anterior, o Presidente tenha a oportunidade de apresentar para nós como funcionará a Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente e Srs. Vereadores, vou voltar então a alguns temas candentes que nós temos. Tenho o privilégio de falar hoje em Comunicações para colocar a importância dessa moção que o colega Ver. Oliboni está propondo; acho que ela nos representa no geral. O Ver. Cassiá também colocou o que eu já havia colocado inicialmente sobre os R\$ 10 milhões que a Câmara repassou para a Prefeitura Municipal, o que nós temos que questionar é a falta de retorno da Prefeitura. Ninguém consegue ligar para o 156, em outros números de telefone que são dados ninguém atende, então a população está descoberta em várias questões; e são questões essenciais. Hoje, com os meios eletrônicos, isso poderia ser feito de “n” formas, por aplicativos, com o 156 funcionando a todo vapor ou montando uma outra rede alternativa; nós temos o 150, do Estado. Enfim, nós temos esses problemas que nós não podemos deixar de comentar aqui no dia de hoje. Eu não poderia também deixar de falar da questão dos ônibus. Esse papo do colapso do sistema de transporte coletivo de Porto Alegre é conversa para boi dormir, porque, em primeiro lugar, nós temos que conhecer as leis, e o prefeito tem que conhecer a legislação, mas como ele não utiliza da Procuradoria-Geral do Município, não deve saber que toda pessoa que participa de uma licitação pública e recebe uma concessão tem que ter três meses de caixa, dinheiro, bufunfa, conta bancária para sustentar qualquer questão durante esses três meses. Nós estamos há um mês nessa situação e não três meses, então não me venha com esse papo, porque ainda tem gente pensante na cidade, nós temos leis que devem ser cumpridas e o

prefeito é o primeiro que tem que obedecer a legislação municipal. O prefeito não é rei, não é soberano, e quero dizer que a Rainha Elizabeth com seus 68 anos de poder, ontem foi, pela quinta vez, à imprensa, falou em momentos de grande calamidade, de grandes problemas. Pois então o prefeito fale com os seus vereadores e não venha colocar a culpa de que tem projetos para votar na Câmara. Os projetos que ele mandou para a Câmara, tudo bem, nós tiramos os 3% da taxa de administração, nós podemos ver nos horários alternativos, agora, não me venha empurrar mais gastos para a população. Nós estamos vendo que a população está reprimida em todos os sentidos, em todos os sentidos! As pessoas estão perdendo seus empregos e a primeira coisa que certos setores do empresariado, e o primeiro deles é o transporte coletivo de Porto Alegre que pagou seis dias de vale-transporte, e depois vem fazer chantagem. De nossa parte, a ATP não vai ter moleza nenhuma, nenhum empresário de transporte coletivo de passageiros de Porto Alegre vai ter moleza conosco, eles sempre ganharam muito dinheiro, ganham muito dinheiro, e não é agora com chantagem que vão nos dobrar. Nós resistiremos a essa questão com todos os nossos esforços que não são esforços apenas da bancada do PT, e apesar de eu falar aqui no meu período de Comunicações, quero dizer que eu falo - e tivemos reunião da bancada - em nome dos meus colegas também, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa. A bancada do PT dialoga com vários outros vereadores e nós temos a consciência de que não estamos sozinhos nessa questão. Portanto quero agradecer aqui a essa possibilidade de continuarmos com as nossas sessões ordinárias simplificadas *on-line*, e o voto da bancada do PT é contra a volta imediata; num próximo momento podemos discutir, mas hoje, amanhã e depois de amanhã vamos continuar do jeito que nós estamos, e não precisa fazer proselitismo eleitoral, fazer demagogia, porque nós estamos votando. Nós precisamos obedecer a legislação, nós estamos em quarentena, e tem pessoas que têm que se resguardar. Nós estamos resguardados, mas nós não estamos sumidos. Pelo contrário, nós estamos muito mais ativos do que em muitos momentos presencialmente, às vezes com sessões, como diziam alguns vereadores, de bate-boca. Aqui as coisas caminham para a frente, jamais para trás.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Primeiro quero cumprimentar o nosso Presidente Reginaldo Pujol e demais presentes, os servidores que estão nos dando condições de executar esse trabalho *on-line*. Primeiro quero dizer que na sexta-feira passada tivemos um certo contratempo no convite para o secretário e eu me coloquei à disposição do Presidente e dos demais vereadores para conversar com o prefeito e agendarmos para essa semana uma nova reunião. Fizemos isso no sábado à noite, eu, o Ver. Pujol e o prefeito, conversamos os três no sistema de WhatsApp em uma conversa simultânea, e prontamente tanto o prefeito como o Presidente fizeram um ajuste, um

acerto para que nesta quarta-feira, dia 8, nós possamos ter nossa reunião com a representação do Executivo para esclarecer as dúvidas dos nossos vereadores. Então eu acho que foi uma boa reunião no sábado, e bem encaminhada para essa quarta-feira. Quero dizer, sobre essa questão *on-line*, que eu não vejo, nesse momento, como nós, da Câmara de Vereadores, voltarmos a ter sessões presenciais, e fui um dos poucos, num primeiro momento, a iniciarmos aquela parada, eu achava que nós poderíamos, Ver. Cláudio Janta e Ver. Cassio Trogildo, a fazer mais uma, duas sessões que fossem presenciais, mas hoje eu acho que nós estejamos talvez no momento que mais devemos estar em casa, nessa semana principalmente, por ser agora que os casos aumentaram em Porto Alegre. Então seria muito ruim nós darmos esse exemplo de sairmos de casa, até porque nós temos alguns vereadores que devem ser respeitados, que têm uma idade um pouco mais avançada e estaríamos colocando em risco a integridade física e a saúde desses vereadores. Eu acredito que nós estamos no caminho certo, a cada sessão que nós vamos fazendo aqui de forma *on-line*, nós vamos nos habituando melhor ao equipamento, e também o Dr. Luiz Afonso está fazendo um excelente trabalho com sua equipe e vai ajustando, a cada sessão nós vamos ter melhores condições de fazer ajustes. Nós entendemos a ânsia dos vereadores em participar e ajudar a população, e tenho certeza de que cada um está fazendo isso dentro das suas possibilidades e da sua forma, e acho que a gente pode continuar construindo aqui de forma *on-line*. Eu acho que estamos avançando. Tem alguns projetos que os vereadores dizem que querem votar. Nós não vamos votar projetos que diminuam valor de imposto, que mude a vida fiscal da cidade, porque isso, independente de ser na crise ou não na crise, é de iniciativa do Executivo. Nós podemos fazer um documento para dizer ao prefeito que ele não tem que cobrar IPTU, que não tem que cobrar água, mas o próprio prefeito tem alguns impostos dos quais ele não pode abrir mão, porque na verdade estamos num ano eleitoral, talvez tenha que se consultar juridicamente, se poderia fazer certas concessões por estado de calamidade, porque nós estamos no mês de abril, por enquanto tem uma eleição marcada para outubro, tem várias medidas que o próprio Executivo não pode tomar por questões eleitorais, então nós temos que ter um certo cuidado. Quanto à questão das moções de apoio tanto do Ver. Cassio Trogildo quanto do Ver. Aldacir Oliboni, acho que nós temos que votar de forma separada, não podemos discutir as duas ao mesmo tempo, até porque a do Ver. Oliboni é, de certa forma, populista e demagógica, ela fala, na primeira parte, que todos vão apoiar a saúde - claro que todos os vereadores vão apoiar a saúde -, e no final ele coloca que não pode demitir o pessoal. Então quer dizer que ele aproveita uma coisa que todo mundo concorda e coloca uma outra que é criar uma grande discussão, que é a dos profissionais do IMESF, e esquece que foi o Partido dos Trabalhadores, junto com os sindicatos, que entrou na justiça para demitir. Ele não quer que exista o IMESF, está na justiça, não depende nem do prefeito, nem os vereadores, e enquanto não for julgada... Ela estava para ser julgada, não sei nem se já não foi julgada, então nós temos que ter certos cuidados com essas moções, e essa moção do Ver. Oliboni seria importante que ele fizesse duas moções, uma de apoio aos funcionários e servidores da Saúde, aos profissionais da Saúde, que todos nós votaríamos a favor, e uma outra da discussão do IMESF que o próprio Ver. Oliboni diz

que não podem ser demitidos, e se não podem ser demitidos, eu não preciso fazer uma moção de apoio a quem não pode ser demitido? É demagógica e populista como sempre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cassiá Carpes.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde Presidente Pujol, diretor Luiz Afonso, colegas, vou tentar ser mais objetiva possível para não ir além do tempo porque são muitos os assuntos que a gente tem vontade de compartilhar num momento como esse, tão inusitado. Eu não concordo com o confinamento de todas as pessoas; aqueles que não estão no grupo de risco, no meu entender, deveriam estar produzindo e trabalhando, e de uma forma muito simples. Esse isolamento para moradores de comunidade de baixa renda não faz nenhum sentido, porque os mesmos ocupam barracos, casas pobres de muitas pessoas, não tem nem saneamento básico. Nós precisamos, sim, tratar de uma retomada gradual no funcionamento de estabelecimentos comerciais com as normas protetivas de saúde. Isso é claro, ninguém fala de outra maneira ou pensa de outra maneira. Eu queria dizer que nós precisamos de reforço de medidas equilibradas que permitam conciliar esse combate implacável ao coronavírus, mas com ações que não sufoquem a nossa economia, porque o estrago vai ser muito grande. Por outro lado, eu quero também dizer que esperei que o prefeito Marchezan tivesse um diálogo construtivo com os parlamentares, independente de ser ou não da base do governo - o momento necessitava esse movimento do prefeito -, também com empresários para que possam cumprir compromissos de geração de empregos, rendas e tributos que sustentam o governo. Nessa fase emergencial eu entendo ser necessária a postergação do recolhimento de tributos municipais, o que ajudaria as empresas a fazer frente aos compromissos com o pagamento dos salários de seus funcionários diante dessa brutal queda de faturamento. Eu penso em uma outra questão também, e aí eu não sei de que forma poderíamos fazer isso, mas poderia ser uma indicação, sobre essa cobrança dos planos de saúde: também deveria ser estudada, pela Câmara Municipal, uma suspensão de 90 dias. Eu tenho recebido inúmeras mensagens de pessoas preocupadas com suas contas, pessoas que não têm ganho. E por fim gostaria aqui de reforçar, e vejo que alguns colegas já falaram, os porto-alegrenses têm o direito de saber qual é a meta, qual é o plano, qual é a retomada do governo, quando nós vamos voltar ao normal. Isso precisa ser debatido, discutido, falado, a comunicação precisa ser feita, independente de siglas partidárias, ideologias e base governo. Por fim, quero dizer que os trabalhadores, os rodoviários estão sem a proteção, completamente sem ferramentas de proteção, portanto completamente vulneráveis na rotina dos seus trabalhos, na rotina do transporte público.

Vereador Cláudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nessa questão que a senhora disse, dos EPIs, nós estamos tendo sérias dificuldades em supermercados e farmácias, eles até estão dando EPIs, aquelas máscaras, e as pessoas não querem usar. Eu acho que isso aí tem que ter uma campanha de conscientização dos trabalhadores, pode-se usar até a imprensa da Câmara de Vereadores para conscientizar os trabalhadores, não somente os rodoviários, como da limpeza urbana, do comércio, a mesma dificuldade. As pessoas não querem usar, isso eu constatei *in loco*, indo às empresas que estão pedindo isso, e as pessoas não querem usar, dizem que aquilo é ridículo, que fica feio...

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu finalizo dizendo que essa questão do transporte público me preocupa em um momento tão crítico para a população de Porto Alegre, são pessoas humildes que terão muita dificuldade de se deslocar para hospitais nos próximos dias, se confirmar que as empresas do sistema de transporte não conseguirão atender a essa questão tão necessária que é o ganho, os salários, enfim, todas as necessidades dos rodoviários. Quero desejar uma boa tarde a todos e dizer que é realmente emocionante ver todos os vereadores aqui *on-line*, trabalhando como se estivessem no plenário, e isso é muito animador nessa crise toda. Parabéns a todos da Câmara.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Eu havia disponibilizado esse tempo de Comunicações pela bancada, mas os meus colegas se sentiram contemplados na minha fala e pediram para que eu novamente usasse a palavra. Eu queria aqui dizer aos colegas que a questão do isolamento social cumpre, como todos nós sabemos, duas grandes funções. A primeira é preparar o sistema de saúde, como foi falado aqui, para quando nós chegarmos no pico, ou na maior incidência de casos, ou mais próximos do inverno - como já foi falado aqui, onde temos outras patologias também assolando a população, especialmente no Rio Grande do Sul - para que esse sistema esteja então mais preparado; a segunda grande motivação para o isolamento social é diminuir a propagação do vírus, porque todos nós somos vetores, estão aí as comprovações mundialmente: quanto mais gente circulando mais vai haver a propagação rápida do vírus, e, em especial, logicamente, na periferia das cidades, onde as pessoas vivem mais próximas umas das outras. Essas são as duas questões que nos levam a ter o indicativo de que é importante o isolamento social. A Datafolha de hoje aponta que... (Ininteligível.) ...apoia que o comércio deve se manter fechado, na sua maioria, e apenas 33% dos brasileiros acha que isso deva ser flexibilizado de uma forma mais rápida. Dados atualizados agora do Ministério da Saúde - aliás o ministro não caiu ainda, não está anunciado que o ministro caiu - demonstram que nós tivemos quase

1.000 casos diagnosticados no Brasil, nas últimas 24 horas, são mais de 12.000 casos e 553 mortes, ou seja, 4,6% dos casos diagnosticados já viraram mortes no País. Eu realmente não sei a fórmula, todos nós sabemos que são necessárias previsões, nós sabemos que nós precisamos nos preparar para a retomada gradual da atividade econômica também tão importante para a vida das pessoas, as pessoas querem viver do seu trabalho, querem botar o alimento dentro de casa para o seu sustento, fruto do seu trabalho, e é lógico que essa pandemia está fazendo com que a grande maioria dos brasileiros, aliás a grande maioria dos habitantes do planeta, não possam fazer isso. Eu acho, entendo que o Brasil está no caminho correto, ainda estamos fazendo o que é certo, não adianta fazermos toda essa parada, como fez a Itália, depois que o vírus estiver completamente propagado e o número de mortes aumenta – como fez a Espanha também e está acontecendo na França. A nossa questão está muito bem encaminhada.

Vamos ter oportunidade depois de encaminhar a questão da moção do Ver. Oliboni, mas eu queria mais uma vez reiterar e pedir aqui, humildemente, para o Ver. Oliboni que não coloque a Câmara Municipal numa saia justa. A Câmara Municipal quer votar uma moção de apoio a todos os profissionais da saúde não só de Porto Alegre, mas do Brasil, mas o senhor está nos colocando numa saia justa, está botando um jabuti no final da sua moção, para que os trabalhadores do IMESF, que não é uma relação que depende da Câmara, que não começou agora, que é uma ação que tem muito tempo na justiça e que não seremos nós, através de uma moção, que iremos resolver, o senhor está colocando – desculpe o termo - um jabuti na sua moção, que creio que está bem intencionada. Está assegurada a contratação de tantos profissionais quantos a Prefeitura assim necessitar pelo projeto, o único projeto que aprovamos de forma virtual; então, por favor, Ver. Oliboni, peço gentilmente que tire essa parte da sua moção que nós aprovaremos uma moção aqui necessária, justa, de apoio a todos os profissionais da saúde, mas não nos obrigue a ter que votar contra a sua moção em função desse último parágrafo que V. Exa. está, de forma não justa com a Câmara, nos colocando e nos fazendo ter que avaliar conjuntamente com outro tema que não tem nada a ver com o final. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, pessoal, a todos que estão nos vendo na TV, na rádio, vereadores, Luiz Afonso, primeiramente quero iniciar conversa parabenizando todos que estão se mexendo, de alguma forma, nas redes de solidariedade, de arrecadação de alimentos, todos os trabalhadores que estão sendo obrigados a trabalhar porque são serviços essenciais e estão lá na ponta garantindo o combate a essa pandemia.

Na minha opinião, Porto Alegre não está preparada, já não estava antes, com os problemas corriqueiros da nossa cidade, como falta de água, informalidade,

desemprego, violência, quiçá agora com essa pandemia do coronavírus. Acho que isso é fruto - e a gente tem que fazer esse balanço - de muita política neoliberal que foi implementada por diversos governantes nos últimos 20 anos do nosso País, o que acentuou hoje um desmonte tanto da política de saúde quanto da política de assistência social. E aí volto à Câmara nesse contexto de promoção desse tipo de desmonte, visto que boa parte das políticas que a gente debateu e votou dentro da normalidade da Câmara no ano passado foram políticas para incentivar o desemprego em massa de trabalhadores. Não vamos esquecer a proposição de redução de cobradores dentro das frotas de ônibus, não vamos esquecer o projeto que extinguiu a profissão de flanelinha, a falta de posicionamento ou posicionamento contrário à manutenção dos postos de trabalho dos trabalhadores do IMESF e todas as políticas de desmonte do plano de carreira dos servidores públicos - e eles estavam presentes em boa parte das sessões, sendo chamados de pão com mortadela, sendo chamados de manipulados do PSOL e do sindicato. São trabalhadores que hoje estão na linha de frente, garantindo um bom atendimento e o funcionamento da nossa rede pública de saúde. Esse cenário hoje de catástrofe social, visto o aumento da pandemia mundial, sobretudo no Brasil, é também um balanço de todas aquelas políticas que foram debatidas e implementadas pelos governantes e que fizeram a gente chegar nessa atual situação, com muito pouco a dizer em relação ao que nós precisamos para enfrentar essa pandemia. Esse balanço é fundamental para a gente conseguir se enxergar enquanto parte desse problema, a Câmara dos Vereadores enquanto parte de um problema hoje de a gente não ter uma rede de assistência social para atender às pessoas em situação de rua, de a gente ter uma dificuldade imensa de estar conseguindo efetivar a entrega imediata das cestas básicas, de fazer esses R\$ 10 milhões que foram encaminhados pela Câmara de Vereadores virarem, de fato, EPIs, virarem alimentos, virarem informação, que não está chegando de forma democrática a todos e todas na nossa cidade. Não é à toa que muita gente está furando a política de isolamento, furando a política de quarentena. Primeiramente, eu queria colocar isso. É muito ruim, é lamentável, na verdade, a gente ter a possibilidade da demissão do Ministro Mandetta, não pelo que ele representa enquanto sua trajetória política dentro do Democratas, enquanto gestor da Unimed, mas enquanto o posicionamento dele nessa caminhada desde o início da campanha contra o coronavírus, contrapondo as políticas lunáticas do presidente Jair Bolsonaro. Se for demitido mesmo o Ministro Mandetta, é uma derrota. A possibilidade da nomeação do Osmar Terra, que defende isolamento vertical, é um tiro no pé de quem trabalha, é um tiro no pé do povo batalhador, que depois vai ter que depender do Sistema Único de Saúde. E a gente tem que ficar muito atento, sim: se tem que fazer moção de apoio ou de repúdio é em relação a essas questões nacionais que estão afetando diretamente o cotidiano da nossa cidade.

Também é muito lamentável a postura do nosso colega Ver. Valter Nagelstein, que, por muito menos, enquanto Presidente da Câmara de Vereadores, me reprimiu na minha primeira tribuna, na minha primeira manifestação enquanto vereadora de Porto Alegre, me reprimiu porque eu estava usando uma camiseta, e agora faz um vídeo com uma dancinha ridícula - é lamentável isso também dentro desse

cenário de crise política que a gente está vivendo - , tirando onda com uma situação que já é de calamidade para muitas famílias, para muitos trabalhadores nessa pandemia do coronavírus.

Estou bem pessimista em relação ao papel da Câmara, antes mesmo da pandemia a gente já estava passando por dificuldade de interlocução com o Executivo, a gente fazia as comissões, mas, normalmente, eram comissões muito mais simbólicas do que, de fato, para construir e executar as políticas públicas, então estou bem pessimista, mas vamos ver como a gente consegue se reorganizar nesse período, para, sobretudo, impor questões ao Executivo. Acho muito difícil a gente conseguir construir juntos, tendo em vista que antes mesmo quando a gente tinha as instâncias democráticas funcionando com formalidade já era muito difícil para a gente conseguir isso. Esse prefeito não trabalha com uma gestão compartilhada, não trabalha com transparência, e me surpreende agora virem tantas pessoas questionando que não está tendo transparência, não está tendo construção coletiva. Nesse meu um ano de Câmara de Vereadores eu nunca vi uma iniciativa por parte do Executivo de construir junto com a oposição. Enfim, estamos aí para ver como a gente consegue se posicionar enquanto Câmara de Vereadores no meio dessa pandemia toda. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Eu quero falar que hoje de manhã teve uma audiência com os rodoviários sobre a situação do salário, sobre a situação dos tíquetes. O salário dos rodoviários está sendo cortado ao meio, e os rodoviários estão na rua trabalhando, estão sem proteção e estão na linha de frente. Não estão recebendo álcool em gel, não estão recebendo luvas, não estão recebendo nada para trabalhar na linha de frente - isso é muito triste. Eles estão numa audiência e, agora, às 18h, vai ter outra audiência. Espero que dê tudo certo para minha família rodoviária, na qual estou sempre na frente e torço bastante; espero que o juiz, o desembargador dê causa ganha para os nossos rodoviários e eles consigam receber seus salários em dia e seus tíquetes, porque eles estão trabalhando, eles não estão parados, eles têm família, tem conta, como todo mundo tem. Está muito triste a situação, a gente sabe disso, com esse vírus, hoje alguns vereadores querem voltar, outros acham que não, a situação não é fácil, como Ver. Cassio falou, a Itália não se preocupou, a Espanha não se preocupou e, quando foram se preocupar, Presidente Pujol, já era tarde, já deu esse monte de mortes aí. Tem que se pensar na vida e no dia a dia no trabalho, mas o que é mais importante para nós? É a vida. Cada um tem que cuidar de si, da família, do próximo que passa na rua, nós temos que cuidar dos outros como os outros têm que cuidar da gente. É muito complicada essa situação, essas duas semanas serão mais tensas, até pelo pico desse vírus, então acho que essas duas semanas serão cruciais para a gente não se contaminar e não contaminar os outros também. Essa sessão virtual, para

mim, está sendo bem produtiva, os vereadores estão se apresentando, como já foi falado aqui, os vereadores estão, todos os 36, trabalhando a favor da população, no sentido de auxiliar, mesmo particularmente, eu sei disso, e não precisa que se coloque em redes sociais que está ajudando este ou aquele; cada um sabe de si, e Deus sabe o que está acontecendo. Não precisa se preocupar que a população falou que o cara não está ajudando; se o cara está ajudando, ele, Deus e a pessoa que está sendo ajudada sabem, não precisa a gente estar colocando em redes sociais, se promovendo em cima de certas coisas. Eu acho que a gente tem que ter um maior cuidado, volto a dizer, nesta semana e na outra também. Já foi comentado que nós, da Câmara Municipal, devolvemos à Prefeitura a quantia de R\$ 10 milhões, para que seja usada para a saúde, justamente para esta situação em que estamos. Também volto a falar sobre a situação que estão as verbas impositivas, que nós, os 36 vereadores, doamos para vários hospitais e postos de saúde e que ainda não foram assinadas, e já era para terem sido assinadas. Essas verbas hoje ajudariam muito o pessoal da saúde, pois eles estão trabalhando sem máscaras, sem álcool gel, sem proteção. Se essas emendas impositivas tivessem sido aprovadas e assinadas, a situação estaria muito melhor, não digo totalmente, porque não está fácil conviver com esta situação. Nós ficamos a par desta situação através das redes sociais, das entrevistas com o pessoal da Organização Mundial da Saúde, e vemos que não está fácil. A situação está vindo para nós aqui, a gente está ciente de que, em vários países, já morreram milhares de pessoas, e não queremos que aconteça a mesma coisa aqui por falta de cuidado. A minha sugestão é que fiquemos atentos. Agradeço pela participação nesta reunião, estarei em todas. Daqui a pouco, estarei numa outra reunião sobre os rodoviários, para que dê tudo certo para eles. Continuaremos ajudando as pessoas da maneira que a gente pode, a vida é o principal para todos.

É muito triste também a fome que o pessoal está passando. Neste momento, não temos que saber se o governo é da situação, ou da oposição, ou independente, todos nós temos que trabalhar juntos para auxiliar a população que nos elegeu, os 36 vereadores, independentemente se somos da situação, ou da oposição. Acho que nós temos que fazer o nosso trabalho, ajudando a população, sem querer derrubar governo, se promover aqui, se promover ali. Eu acho também que a Prefeitura, o nosso prefeito tem que chegar mais perto de nós para trocar ideias, o que não está acontecendo, porque sozinhos não fazemos nada, pessoal! Nós, os 36 vereadores, estamos unidos, graças a Deus, estamos dispostos a ajudar, mas, se o governo não vem até nós pedir ajuda, nós vamos continuar fiscalizando e ajudando da melhor maneira possível que a gente pode como parlamentares da Câmara Municipal de Porto Alegre. Um grande abraço, Deus está no comando e Deus vai nos ajudar cada vez mais. Obrigado, pessoal. Um abraço, Luiz Afonso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, vereador. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Foram tratados aqui temas misturados, se falou de tudo e não se chegou a lugar nenhum nesse tempo todo que estamos acompanhando esta sessão. Eu assisti e ouvi atentamente os líderes Cassiá Carpes, do PP; Mendes Ribeiro, do DEM, Camozzato, do NOVO; Márcio Bins Ely, do PDT; Cassio Trogildo, do PTB; e Robaina, do PSOL, não totalmente a favor, mas achando que deva haver uma reunião presencial que é uma decisão, se for tomada pelo nosso colegiado, eu já falei isso na sexta-feira, vai totalmente na contramão de tudo o que a Organização Mundial da Saúde, o prefeito, o governador e governo federal estão pregando. Eu quero deixar uma proposta ao Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, às colegas vereadoras e aos colegas vereadores: se há essa intenção, por que a Câmara, então, não faz uma representativa? E essa representativa, ao invés de ser nos moldes que conhecemos, poderia ser uma representativa dos membros da Mesa mais os líderes se reunindo uma vez por semana. Aí aqueles que estão no grupo de risco, como eu, o Ver. Reginaldo Pujol, o Ver. Cassiá Carpes, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Airto Ferronato, o Ver. João Carlos Nedel, a Ver.^a Mônica Leal e a Ver.^a Lourdes Sprenger estamos, ficaríamos cuidando da nossa saúde. Eu deixo essa proposta para, se for o caso e se a maioria decidir que há necessidade de ter uma reunião presencial, que a Câmara funcione com uma representativa.

Falou-se muito aqui sobre impostos na água, no IPTU, no Imposto sobre Serviço, eu acho que o governo municipal não tem como isentar, porque, se isentasse por três meses, de não pagar, de onde sairia o dinheiro para pagar o funcionário público, por exemplo? O que o governo municipal precisa fazer é postergar isso por três meses. Tanto que o prefeito não está levando isso em consideração que o DMAE estava cortando água. Só não está cortando água agora, porque a Associação das Donas de Casa ganhou uma liminar que proíbe o DMAE de cortar água.

Agora, pessoal, o que eu vou dizer aqui não adianta falar, porque o prefeito diz todos os dias na imprensa: “Não vamos politizar isso.” Mas quem mais politiza é ele, porque ele faz política com raiva e faz política com sigla, porque ele não conversa com ninguém, não ouve ninguém. O Adeli, o Robaina e outros falaram muito certo: tem muita gente aproveitando esta pandemia, tem muita gente aproveitando esta situação que estamos vivendo, quase desesperadora, porque tem desemprego e vai aumentar o desemprego, porque tem fome e vai aumentar a fome, tem quebraadeira e vai aumentar a quebraadeira. Agora tem muita gente se aproveitando desta situação, dizendo: “Olha, eu não posso pagar os funcionários; olha, eu não posso pagar o imposto tal; olha, eu posso pagar isso, não posso aquilo”. Então, este é o momento, Sr. Prefeito e Srs. Secretários, de sentar – se é que o prefeito não quer realmente politizar – e se acordar uma ação conjunta, porque nós, da Câmara, o que nós vamos fazer a não ser as nossas ações individuais que estamos fazendo, de ajudar as pessoas que estão em nossa volta, que são pessoas necessitadas também, porque as instituições que fazem trabalho social todo mundo ajuda. O Banco de Alimentos, agora a própria RBS estão fazendo uma campanha enorme, legal, bonita. A Câmara não tem força para isso, nós não temos força para tentar decidir o que a gente precisa decidir.

Para encerrar, o Sr. Prefeito, que é o reizinho de Porto Alegre, o reizinho de Porto Alegre está como ele gosta: no trono, administrando só por decreto, que é o sonho dele, mas esse sonho vai acabar em outubro, se Deus quiser. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, obrigada pela cedência do espaço, Ver.^a Lourdes. Na verdade, eu queria só deixar, todos já falaram, eu fui contemplada pela fala de todos, mas eu queria falar com relação à preocupação que eu tenho, pois eu estou na linha de frente também. Todos sabem que eu tenho um grupo há muitos anos, que a gente faz esse trabalho social. Para mim, tanto faz estar presente ou não estar presente, eu fico preocupada com o grupo de risco, que é o que os vereadores comentaram, os nossos vereadores que não poderiam estar presentes, mas o que for decidido para mim está bom. A minha preocupação maior é com os rodoviários e profissionais da saúde que estão na linha de frente, assim como outros, eu acho que nós temos que ter um olhar muito atento a isso. Isso não é politicagem, são pessoas que precisam manter as suas famílias, isso é muito importante, nós temos que levar isso em consideração. Os salários estão sendo reduzidos, os tíquetes estão sendo reduzidos, os profissionais da saúde que estão trabalhando na linha de frente, muitos são grupos de risco, estão sendo obrigados a ter que trabalhar, porque não tem profissionais suficientes para atender às nossas demandas, e nós nem estamos no pico, nós ainda não estamos no auge da pandemia, nós estamos assim bem nivelados, bem tranquilos ainda sobre percentuais. Eu fico imaginando se realmente a gente tiver uma pandemia, uma ampliação dessa nossa curva, como vai ser, porque os profissionais hoje já não estão conseguindo atender às nossas demandas. Eu acho que a gente tem que ter um olhar mais atento para os profissionais da saúde, de repente um abono, assim como o governo federal fez um abono para quem está desempregado, para o microempresário, que seja feita alguma coisa por todos nós, vereadores, independentemente de partidos políticos, que seja para ajudar essas pessoas que estão na linha de frente, os cobradores, os profissionais da saúde que precisam do nosso apoio. O governador não reduziu imposto nenhum, nós não temos legitimidade sobre a Assembleia, mas o que ele fez? Ele ampliou as linhas de crédito para que as pessoas possam se endividar ainda mais, o nosso prefeito também. Nós estamos disponibilizando verba através da Câmara, tem empresas possibilitando a compra de alimentos, todos estão trabalhando, mas o que o prefeito está fazendo em prol das pessoas, dos pequenos e microempresários e das suas famílias? Eu não vejo isso, eu preciso de uma resposta e de um retorno em relação a isso. Essa preocupação eu quis deixar para todos, porque realmente ela é muito urgente, as pessoas estão fechando as portas, as pessoas não sabem o que fazer. Eu sou a favor, sim, do isolamento até o dia

20, e, a partir daí, nós começamos um isolamento vertical, porque nós simplesmente não podemos parar. Mas agora, nestas duas semanas, eu acho que ainda nós precisamos preservar as pessoas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Pujol, Srs. Vereadores; procurei escutar todos, tem algumas considerações que gostaria de fazer, principalmente a respeito do transporte público de Porto Alegre. É notório que ele já vem com problema há muitos anos, e, quando o prefeito fala que existem projetos de lei na Câmara, não só esses últimos seis projetos que entraram, foram apresentados projetos na Câmara de Vereadores no ano de 2017... Nós temos projetos que estão na Câmara desde 2017, e nós, por um motivo ou outro, não avançamos e não levamos a plenário para votação. Concordar ou não concordar são outras coisas, mas existem projetos na Câmara para a gente rever o transporte público. Na minha opinião, o prefeito deveria rever todo o sistema de transporte público em Porto Alegre, até porque esses contratos que existem hoje foram feitos antes do sistema de aplicativos, e, com a entrada dos aplicativos, o transporte público mudou na cidade. Então temos que rever, inclusive, o processo licitatório que teve. Isso é outra questão muito mais demorada que precisa ser revista. Quanto aos trabalhadores do transporte, quero dizer que sou solidário aos trabalhadores do transporte para que recebam os seus salários, mas temos um grande problema, não só no transporte público, e a Prefeitura não terá condições de ajudar todos, todas as pequenas empresas, todos os empreendedores, os donos de lancherias, restaurantes, todos os trabalhadores autônomos, todos eles vão ter problemas sim, vão ter problemas com suas folhas de pagamento, os autônomos não vão trabalhar e não vão receber. Nós estamos enfrentando uma grande crise econômica em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, no mundo inteiro. Isso é fato e não adianta dizermos que a Prefeitura, o governo do Estado, o governo federal vão ter que ajudar. Vão ter que ajudar, mas temos que procurar soluções possíveis, porque é muito fácil dizer que tem que distribuir dinheiro e dizer que não tem que cobrar imposto. Eu acho que tem que ser revisto e precisamos rever. É muito fácil dizer que tem que ajudar, tem que ajudar. Eu acho que tem que dizer como ajudar, essa é a nossa função como parlamentares, fazer uma discussão séria e achar metodologias possíveis. Sou contra que se cortem água e luz, porque são serviços essenciais. Isso nós temos que ver como fazer e como indicar à Prefeitura. Agora não adianta ficar discutindo o que é função do Executivo, para criar projetos de lei que não têm competência no Legislativo. Quero me somar aos vereadores que querem fazer um trabalho sério e não demagogo na cidade de Porto Alegre. Acho que temos que, Ver. Mendes, começar a pensar como vai ser a reabertura do comércio, da indústria, deve ser gradual, nós estamos indo muito bem, Porto Alegre está sendo modelo, mas temos que acertar na hora de reabrirmos, porque,

se reabirmos demais na hora errada, podemos perder tudo que foi feito, temos que discutir quando abrir. Acho que temos que começar pela indústria da construção civil, porque é um sistema em que as pessoas trabalham de uma forma mais organizada, sem contato com o cliente. Vamos fazer a discussão de quando abrir e como abrir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Luiz Afonso, obrigado por tudo que tens feito até agora. Eu vou me permitir, antes de abrir a chamada para entrada na Ordem do Dia, cumprimentar todos os vereadores pela participação objetiva nesta reunião virtual, dizer a todos que as decisões que nós tomamos anteriormente nos conduzem a um comportamento que tem marca e tem data marcada para se esgotar, que é o próximo dia 15. Sem dúvida nenhuma, alguns temas levantados são extremamente polêmicos e controversos. Juntamente com os colegas de Mesa, vamos nos debruçar sobre eles, e, bem mais cedo do que se imagina, nós estaremos compondo soluções, revisando encaminhamentos, para que nós possamos continuar trabalhando, como vínhamos trabalhando até agora, porque o grande equívoco que eu notei em alguns pronunciamentos é a ideia de que até agora não se trabalhou. Eu e meus companheiros de Mesa trabalhamos todos os dias nesse período, e eu tenho certeza de que a maioria, a totalidade, quem sabe, também está fazendo, ainda que não se reconheça, porque trabalhar na Câmara de Vereadores não é só vestir gravata e participar da reunião plenária presencial. A gente trabalha de outras tantas formas, e, aliás, as nossas companheiras nem precisam botar gravata nessas circunstâncias, trabalham sempre e de forma muito expressiva. Agradeço a presença de todos e peço que seja feito o levantamento das presenças a fim de ingressarmos na Ordem do Dia.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h57min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós vamos abrir todos os microfones. A matéria que está em votação trata-se da Moção de Apoio e Solidariedade aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, pelos motivos que estão expressos no próprio corpo da moção, que foi distribuída, registrada no processo SEI nº 021.00055/2020-5.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Presidente, a moção tem meia página, e eu queria saber se o senhor autoriza o Diretor Legislativo a fazer a leitura dela, para que todos nós, antes do debate, possamos estar imbuídos da informação. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Se esse é o desejo dos senhores vereadores e se concordam, eu acolho o requerimento feito pelo Ver. Engº

Comassetto. Está deferido. Peço ao nosso Diretor Legislativo que faça a leitura do requerido expediente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê.): “(SEI nº 021.00055/2020-51) Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde. Corretamente, a maioria das cidades brasileiras foram orientadas a implementar o isolamento e o distanciamento social como forma de enfrentar a pandemia do coronavírus (Covid-19) e preservar vidas. No entanto, sabemos, eles estão lá nos hospitais, clínicas, laboratórios, prontos atendimentos e unidades de saúde. São médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, agentes administrativos e profissionais de diversas especialidades. Tudo no intuito de prevenir enfermidades, enfrentar o vírus e salvar vidas, mesmo muitas vezes tendo que enfrentar a falta de equipamentos de proteção individual, vacinas, testes reagentes. Os profissionais da saúde são a principal atuação para enfrentarmos a pandemia. Nesse sentido, é necessário manifestarmos o nosso apoio e a nossa solidariedade com relação a quem está na linha de frente ao combate ao Covid-19. Também é necessário defender suas lutas por melhores condições de trabalho, maior proteção e sua manutenção dentro do quadro de trabalhadores essenciais para a manutenção da vida, defendendo, também, que suas demissões não sejam efetuadas nesse período. Nesse momento, a vida e o combate à pandemia devem estar acima de tudo. Parabéns a todos e todas que, mesmo diante das dificuldades, atuam para salvar vidas!” A moção é dirigida ao Sr. Prefeito Municipal, ao Secretário Municipal da Saúde, ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ao Sindisaúde/RS, ao Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do RS, ao Sindicato dos Enfermeiros do RS, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre. Assina eletronicamente o Ver. Aldacir Oliboni.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 021.00055/2020-51 - de autoria de Ver. Aldacir Oliboni: requer “Moção de Apoio e Solidariedade aos Profissionais da Saúde”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação a Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, conforme processo SEI nº 021.00055/2020-51. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VERADOR RICARDO GOMES (DEM): Quero registrar primeiro uma saudação a todos os colegas presentes e agradeço ao Ver. Mendes Ribeiro, que me cedeu o tempo de liderança. Estávamos prontos para aprovar a moção feita pelo Ver.

Cassio Trogildo, que incluía, no seu texto, parte dessa moção apresentada pelo Ver. Oliboni. A parte era justamente a homenagem aos servidores da saúde, aos trabalhadores da saúde pública e privada que estão trabalhando neste momento de pandemia. Todavia, como já alertou o Ver. Mauro Pinheiro, é lamentável que alguns partidos se aproveitem da pandemia para promover a sua própria agenda política e retornar, no caso, à discussão do IMESF. Quem deve responder sobre as decisões IMESF são aquelas entidades que foram ao Poder Judiciário contra sua criação. Não é o momento de transformarmos a discussão do coronavírus na discussão do IMESF, porque seria, nada mais nada menos, do que um oportunismo político.

Para o tempo que me falta, digo o seguinte: senhoras e senhores, há um decreto do prefeito municipal que permite que funcionem salões de beleza em Porto Alegre, salões de beleza! Se o salão de beleza pode funcionar, a Câmara deve! Se um pode, o outro deve! Há formas de fazermos uma reunião presencial com toda segurança possível. Aqueles vereadores que compuserem o grupo de risco ou que não quiserem simplesmente comparecer podem comparecer por meio desse sistema que estamos usando neste momento. Eu não quero defender, como fez o líder Mendes Ribeiro, a realização, especialmente neste momento em que poderemos ouvir o secretário da Saúde, de uma sessão presencial. A população clama por diálogo, e nós temos visto que são decretos exagerados em alta madrugada, comunicados ou no amanhecer, ou no anoitecer. Há setores econômicos e sociais que querem interlocução com o Executivo, e a Câmara precisa cumprir esse papel. Tenho o maior respeito por aqueles vereadores que compõem o grupo de risco e não podem, ou não querem, se fazer presentes; que eles possam participar por meio desse no sistema. Eu tinha a opinião de que ou estão todos ou não está nenhum, mas essa tecnologia nos permitir fazer uma reunião com todos de uma forma presencial e assistida de forma virtual para aqueles que não podem.

Quero deixar registrado que, se o salão de beleza pode, se o chefe do Executivo se reúne com os secretários em fotografias que nós já vimos circular pelas redes, abraçados, para tirar *selfies*, a Câmara pode, com toda a segurança, mantendo distância, com máscaras, com álcool gel, operando normalmente. Eu acho que é urgente, há matérias a votar. A emergência não faz com que apenas um poder sobrexista na cidade. Nada na Constituição diz que, ante uma ameaça de saúde pública, só o Poder Executivo terá poder na cidade; pelo contrário, a Constituição diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si. É pela independência do Poder Legislativo que o decreto do Executivo não nos proíbe de trabalhar, somente nós mesmos poderemos fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente. Com isso a bancada do DEM encaminha contra a moção, pelas razões aqui expressadas, solidarizando-se, ainda assim, com todos os trabalhadores da saúde pública e privada que estão dando a cara para proteger a população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Mais uma vez, boa tarde colegas e público que nos acompanha pela TVCâmara; já tive oportunidade de falar em conversas anteriores, inclusive no nosso encaminhamento de liderança, mas encaminho aqui em nome da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – em meu nome, líder, Ver. Cassio Trogildo; em nome do nosso vice-presidente Paulo Brum, vice-presidente da Câmara Municipal; do Ver. Dr. Goulart, do Ver. Luciano Marcantônio, do Ver. Hamilton e do Ver. Professor Wambert. Eu já fiz um apelo para o vereador Aldacir Oliboni que não nos coloque numa saia justa. Eu sei que Vossa Excelência não é intransigente, eu sei que Vossa Excelência não é sectário. Nós todos queremos poder expressar a nossa solidariedade e o nosso apoio aos trabalhadores da saúde, por isso eu faço um apelo a sua grandeza para que retire o último parágrafo da sua moção, que não tem nada a ver com o conteúdo principal da moção que Vossa Excelência apresenta. Faço um apelo a sua grandeza porque, do contrário, nós votaremos contra o último parágrafo, porque é lógico que todos nós apoiamos e aplaudimos todos os trabalhadores da saúde, não só de Porto Alegre, como de todo o Brasil. São eles que estão salvando as vidas daqueles que mais precisam, são eles que estão correndo risco, e muitos estão sendo infectados. Portanto, o apoio da bancada do PTB a todos os trabalhadores da saúde! Mas, por favor, Ver. Aldacir Oliboni, a sua grandeza de não querer colocar na mesma ação assuntos tão distintos. Eu apelo a sua grandeza até o final destes encaminhamentos, para que Vossa Excelência possa retirar essa parte, e que todos possamos votar de maneira consensual na parte principal, que todos apoiam, que é o apoio incondicional aos trabalhadores da saúde.

Por fim, quero, mais uma vez, acompanhar a bancada do Democratas, em nome da nossa bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, que, se for da vontade da maioria, nós não temos problemas nem dificuldades de termos uma reunião presencial por semana. Obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Primeiramente, uma boa tarde a todos, principalmente às pessoas que nos assistem pela Web, pela TVCâmara; eu quero dizer que, em primeiro lugar, essa questão de trabalho não presencial, volto a dizer, é questão de saúde pública, é questão de isolamento social que todos os países estão executando. Até o Presidente Bolsonaro voltou atrás na demissão do ministro da Saúde. Voltou atrás, é *fake news*, porque fizeram uma reunião, e ele continua firme e forte no

seu cargo. Agora, a moção dos trabalhadores da saúde é mais do que justa. Ainda na semana passada, eu conversei com uma médica sobre a insegurança que as pessoas têm que não é nem em relação ao local de trabalho, é a insegurança de retornar para suas casas, de seguirem com suas famílias, com uma série de coisas. São heróis, como os bombeiros, os policiais militares, civis e rodoviários; como os comerciários, que estão arriscando as suas vidas para defender o bem-estar de todos nós. Então eu acho que é imprescindível que a gente aprove essa moção de solidariedade aos trabalhadores.

Também não cabe a nós pedir estabilidade para ninguém. Eu acho que o gestor público vai responder para a sociedade, não somos nós que vamos proibir alguém de sair e ser demitido. Hoje mesmo eu estava numa outra reunião da Câmara, em outro aparelho, a tecnologia nos permite isso, na qual três empresas grandes do varejo simplesmente pegaram e demitiram todos os seus funcionários, simplesmente demitiram por causa da questão do coronavírus. Qual a conclusão a que nós chegamos? Elas não estão proibidas de fazer isso, elas podem fazer isso. Nada na lei dá estabilidade para as pessoas. Até agora, não foi decretada estabilidade pelo Congresso Nacional a quem estiver atuante, que quiser trabalhar. Agora, o que não pode é não pagar as pessoas. Eu acho que é muito arriscado nós, por decisões do Supremo Tribunal Federal, pedirmos a estabilidade no emprego, uma coisa com que todo trabalhador sonha, que é poder ter estabilidade no seu emprego, mas que não é a realidade hoje em dia. Acho que essa responsabilidade não é da Câmara de Vereadores, essa responsabilidade é do gestor público. Agora, todo o nosso apoio a todos esses profissionais que têm permitido que, no mínimo, o básico funcione na cidade de Porto Alegre, no mínimo as questões essenciais, e a saúde é uma delas... Eu já falei, a segurança pública, o transporte, o comércio, a área de supermercados, as farmácias, todos são verdadeiros heróis que estão ajudando a cidade a continuar trabalhando.

Volto a dizer, até o Ministro Moro está dizendo, é imprescindível o isolamento social. Por favor, gente, não vamos tratar essas questões como os prós e os contra, os contra A, B ou C, os contra o Bolsonaro ou não sei quem. Nós estamos tratando da vida das pessoas. Vamos aprender com os outros países. A Espanha e a Itália hoje comemoram quatro dias de redução do contágio pelo vírus, porque aderiram intensamente ao isolamento social. Agora, essa é a política que temos que fazer, e não sejamos nós a incentivar as pessoas a não manterem o isolamento social. Não sejamos nós que vamos nos reunir em locais, pois as leis e os decretos falam em 30 pessoas. As pessoas não podem ir numa igreja, não podem ir num templo, não podem ir a lugar nenhum, portanto não seremos nós que vamos nos reunir num espaço sem ventilação com mais de 50 pessoas. Não cabe a nós fazer isso, simplesmente para dizer que estamos trabalhando ou não. Eu nunca trabalhei tanto no meu mandato de vereador como estou trabalhando agora. Nós estamos, posso dizer, 24 horas à disposição, chego a carregar o meu celular três vezes ao dia, dobraram as minhas postagens no WhatsApp e no Instagram, atendo as pessoas pedindo ajuda, vários empresários pedindo para abrir suas empresas, querendo saber... Eu dou o exemplo do Mercado Público. Eu falei com o líder, Ver. Mauro Pinheiro, e tem só quatro empresas que não conseguiram abrir no Mercado Público, elas vendem mel, vendem arroz, feijão, pipoca, temperos, mas não

conseguem abrir, porque o CNPJ é de fora. Nós temos vários exemplos de empresas que são pequenas, que precisam estar trabalhando e que estão usando a criatividade, entregando os produtos em casa, divulgando nas redes sociais. É uma questão de sobrevivência, mas, principalmente, de sobrevivência das pessoas, até para, lá na frente, nós termos quem consuma, quem use os nossos produtos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado. Quero cumprimentar o Presidente Reginaldo Pujol, meus colegas vereadores e vereadoras e o Ver. Aldacir Oliboni, meu colega de bancada; em nome dos Vers. Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa, apresento o pedido de voto favorável à moção. Ontem saiu uma pesquisa que indica que 76% da sociedade brasileira apoiam o isolamento e o distanciamento social. Portanto, esta orientação que nós estamos seguindo tem protegido a vida em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Se nós não tivéssemos feito isso no início da pandemia, hoje seríamos uma Milão, uma Bergamo, uma Nova Iorque, cidades que não têm mais lugares nos necrotérios e muito menos nos cemitérios. Portanto, esta medida está correta, e a Câmara deve seguir essa orientação social e política.

Dizer que não estamos trabalhando é uma falácia. Eu tenho trabalhado e, inclusive, ocupado mais o meu tempo dialogando com muita gente e fazendo muitos encaminhamentos. Acredito, Presidente Pujol, que, por aqui, podemos votar todos os temas que dizem respeito à pandemia, e o prefeito precisa dialogar, nos ouvir e atender. E quem nos protege, em primeira linha, de tudo isso? São os trabalhadores da saúde. Esta moção que o Ver. Oliboni apresenta é direcionada aos trabalhadores da Saúde, aos médicos, aos enfermeiros, aos técnicos de enfermagem, aos agentes comunitários de saúde, o que poderia, também, sem dúvida nenhuma, ser para os funcionários do DMAE, da limpeza urbana, para os motoristas, os atendentes de supermercado e de farmácia, dentre outros. E a moção, em momento algum, fala no IMESF, no Instituto da Família. Ela diz que também é necessário defender suas lutas por melhores condições de trabalho. Todos eles hoje reivindicam melhores condições. A Câmara destinou R\$ 10 milhões para ajudar na compra de equipamentos, principalmente, de proteção, mas ainda tem estruturas do município funcionando sem proteção adequada. Portanto, o que está sendo dito aqui é que a maior proteção é a manutenção deles dentro do quadro de trabalhadores essenciais para manutenção da vida. Defendo também que suas demissões não sejam efetuadas neste período. Precisamos gerar a tranquilidade em todos os campos da Saúde. Se terá reforma ou reestruturação, vamos deixar para daqui dois ou três meses, quando tudo isso passar. É isso o que está dizendo a moção. Neste momento, a vida e o combate à pandemia devem estar acima de tudo. Parabéns a todas e todos que, mesmo diante de todas as dificuldades, atuam para salvar vidas. Aos colegas

vereadores que estão querendo colocar aqui o contrabando de uma disputa política ou a ideológica, quero dizer que ela não existe. Está claro que ela pede a proteção e a relação da tranquilidade emocional, e que se diga que haverá a estabilidade no emprego neste período, para que não haja sobressaltos nas relações que existem. Portanto, meus colegas vereadores, em nome da nossa bancada, peço, sim, o voto favorável a esta moção. Grande abraço, a vida em primeiro lugar! Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós votamos favoravelmente à moção apresentada pelo Ver. Oliboni, esta é a primeira afirmação. Aqui nós temos que entender o seguinte... Eu tenho uma visão geral... Vocês viram que, na Argentina, o presidente, por decreto, definiu a proibição, por dois meses, de demissão de qualquer trabalhador. Isso na Argentina, aqui do lado. Isso tinha que ser feito no Brasil, além de o Estado garantir aos pequenos empresários, que não têm a menor condição de garantir o emprego sem ter demanda para o seu negócio, que recebam também o dinheiro estatal. Isso iria aumentar o déficit público? Sim, iria aumentar o déficit público, mas o que já foi provado, agora, é que se pode aumentar déficit. Isso significa que se pode aumentar o déficit infinitamente? Não, isso significa que há uma necessidade, em algum momento, de uma capacidade da sociedade de garantir que este presente, que nós estamos endividando, tenha condições de, depois, fazer uma política econômica que permita que haja o desenvolvimento econômico, a ponto de ir reduzindo o déficit com aumento da produção. Eu não vou entrar aqui numa discussão econômica agora, só estou mostrando o seguinte: em pouco tempo, a mentira de que não poderia aumentar déficit caiu por terra - era mentira que não se poderia aumentar o déficit e que não se tinha dinheiro. De repente o dinheiro apareceu e há renda básica para milhões de brasileiros, o que era necessário antes dessa pandemia e que será necessário depois; então, o dinheiro apareceu.

A segunda é isto, é essa ideia de que não se pode fazer nenhuma medida que garanta a vida das pessoas, e se pode; na Argentina, aqui do lado, se está garantido; nos Estados Unidos; no Japão - em todo o lado está se botando muito dinheiro público, dinheiro do Estado para garantir a continuidade econômica da sociedade. Aqui especificamente, nessa proposta do Ver. Aldacir Oliboni, tem uma questão básica. Não é possível que o prefeito Marchezan atue para provocar insegurança na área da saúde, que é o que está ocorrendo; tem uma discussão jurídica sobre o IMESF, tem uma definição de que tem que terminar, porque houve uma decisão para terminar. Bem, nós estamos em plena crise, e são funcionários. A proposta, a moção que o Oliboni apresenta é de uma simplicidade enorme: “Segura isso agora, segura, vamos enfrentar todos juntos essa pandemia”. Tem essas discussões, o plano que o prefeito Marchezan

tem para a saúde, tudo bem, mas agora quer fazer substituição? Se vai precisar de muito mais, se acabamos de ter uma resolução nacional, um decreto, não sei qual foi o mecanismo, em que os estudantes de medicina e de vários outros cursos podem agora já ter o seu diploma antecipado, porque vai se precisar de gente na área da saúde, então o que tem que fazer é valorizar os trabalhadores da saúde na prática, e quem faz a valorização na prática é o governo. Infelizmente, moção não tem o poder de garantir a execução, mas a moção é muito boa, muito necessária. Infelizmente o prefeito ainda - o que eu acho que é gravíssimo - fecha os olhos para necessidades tão básicas como não demitir. E, mais do que isso, nós temos um concurso para enfermeiros e para técnicos de enfermagem que vai expirar agora em junho; esse concurso foi feito em 2016, antes da pandemia já havia uma comunicação oficial de que era necessária a contratação de enfermeiros e técnicos de enfermagem, então o governo tem que chamar. Ele fez o concurso para quê? Para pegar o dinheiro das pessoas e botar na conta do Estado? Não. Fez o concurso porque havia necessidade. Se havia necessidade antes da pandemia, imaginem agora com a pandemia. Não pode demitir os trabalhadores do IMESF, tem que contratar. Agora, que vai haver uma discussão econômica de como o Estado tem que se sustentar, sim, esse debate vai existir. Ele está agendado na luta política nacional, ele será o debate que vai provocar a luta política nacional, porque está relacionado com a ideia de alguns de que são os trabalhadores sempre os que devem pagar pela crise, a classe média, os setores, e uma ideia que outros têm de que o Brasil é um país muito desigual, que tem bilionários que nunca pagaram pela conta que fizeram e que precisam começar a pagar. O sistema político também vai ser chamado a pagar - não nos enganemos, o sistema político também, e eu sou a favor de que também paguem. Não é o fundamental, porque o fundamental são os grandes bilionários do País tem, que tem um nível de renda superior a grande maioria dos brasileiros, são pessoas que tem a renda absurdamente superior à grande maioria dos brasileiros. É sabido que temos seis, sete pessoas que possuem patrimônio equivalente ao de cem milhões de brasileiros.

Sobre a moção, é aprovar a moção, mostrar, na prática, a valorização aos trabalhadores da saúde, e apelar ao governo Marchezan para que o governo tome medidas a favor da sociedade nesse caso, porque a área da saúde é básica. É preciso contratar, não demitir, garantir equipamentos de proteção, e discutir com a Câmara Municipal para que os vereadores possam ajudar o governo - desse ponto de vista, eu acho que vale a pena.

Eu não acho que nós tenhamos que incentivar nenhuma linha que quebre a ideia do isolamento, a ideia da quarentena, que é muito importante, mas eu também acho que uma comissão representativa pode fazer reuniões presenciais para que a gente - porque eu vi que não se conseguiu fazer essa reunião - consiga regular como serão as votações, porque não é possível que a Câmara não funcione a pleno, no sentido de poder votar projetos, e essa é uma preocupação que eu tenho, e, até agora, pela via virtual, a gente não conseguiu fazer uma proposta que resolvesse esse problema.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão virtual. Primeiro quero dizer que essa moção não é qualquer coisa, se ela tem manifestação solidária a todos os trabalhadores, ela tem também algo muito específico que nós falamos de Porto Alegre. Em Porto Alegre, infelizmente, o atual governo não priorizou a saúde como uma linha de atuação fundamental do seu governo, porque, na verdade, ele terceirizou parte da saúde e agora quer terceirizar cem por cento da Atenção Primária, quando ele entrega a Atenção Primária para alguns convênios ora efetuados e exige a demissão desses servidores do IMESF, agora em abril e maio, em plena pandemia. Existem algumas reuniões, tem uma mesa de negociação junto aos órgãos de controle, mais precisamente quem dirige é o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região, que faz, em todas as reuniões, um apelo ao atual governo para que dê um tempo de, no mínimo um ano, e o governo insiste em demiti-los logo. Vejam, colegas vereadores e vereadoras, a incoerência do governo: ele manda um projeto de lei criando os cargos, não chega a 50% deles, oitocentos e poucos cargos, lá no apagar das luzes do final do ano, e consegue aprovar, numa sessão que nem todos os vereadores sabiam, mas aqueles que o líder do governo convocou foram. Aí, o meu querido colega, o Ver. Mauro Pinheiro, tem a coragem de falar em demagogia. Demagogia é quem faz isso, promete uma coisa e faz outra. Não adianta abrir as vagas, e até agora ninguém ouviu falar em abrir concurso. A Estratégia de Saúde da Família, ou Atenção Básica, é constituída de equipes, de agentes comunitários de saúde e de endemias, de enfermeiros, de técnicos de enfermagem, dos médicos e dos médicos odontológicos e seus auxiliares; não é simplesmente uma função ou uma categoria dentro da área da saúde, são várias especificações. Na medida em que o governo hoje mantém 55% de cobertura na Atenção Básica, ele podia criar, sim, e lançar um concurso público para serem substituídos quando da vacância, quando demitidos, quando da aposentadoria. Poderia trabalhar com uma coisa em longo prazo sem nenhum trauma para a população ou para o atendimento da própria população. Nesse sentido, a sinalização de um texto solidário não obriga o governo em nada. Essa ideia de que isso vai colocar a Câmara em constrangimento, Ver. Cassio, tu me desculpa, nós não somos marinheiros de primeira viagem, são muitos anos de política! Nós não estamos constrangendo ninguém; pelo contrário, estamos dizendo que, se o governo fizer isso, ele vai sim constranger o próprio secretário da saúde do governo e a própria base do governo, os nossos queridos colegas vereadores. Nós temos que ter sensibilidade para o momento. Na medida em que o próprio governo abre a possibilidade de nós votarmos um projeto antecipado e até então nada acontece, como vai suprir os mais de 1,8 mil trabalhadores no caso do IMESF? Não tem como, em curto prazo, ele simplesmente dizer “calma, enquanto a epidemia durar, nós asseguramos e, depois, negociaremos, sem ser algo traumático”. Hoje nós temos mais de 500 trabalhadores em Porto Alegre que contraíram o vírus, e da

Atenção Básica são muitos deles, não sei aqui dizer o número, e são a esses que fazem a frente do processo que nós temos que mostrar claramente com gestos: quem está com quem. A nossa Câmara tem hoje a possibilidade real e concreta de dizer que nós apoiamos de fato as ações implementadas na Atenção Básica e na saúde da nossa cidade, e, mais do que isso, um gesto solidário como fez a população, indo agendar, indo à rua, aplaudindo essa ação fundamental em defesa da vida. Então, eu peço a gentileza e a colaboração dos colegas vereadores. Ninguém aqui é obrigado a nada, mas esse é um gesto simples que tem, nesse processo, uma enorme importância para o apoio maciço, vamos dizer assim, dos vereadores com relação aos trabalhadores da saúde, sejam públicos, privados ou terceirizados. O que mais importa, neste momento, é nós darmos a atenção e o apoio necessários, tanto na parte estrutural, como na questão humana. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Reparo, no debate, pelo que estou ouvindo, o caso IMESF, isso é uma situação que não foi no governo atual, municipal que criou, isso já veio de decisões bem anteriores, quando foi contestado o IMESF na sua fundação, justamente por entidades representativas dos trabalhadores - é uma lista de entidades. Acredito que agora não podemos usar o nosso tempo para debater questões que venham envolver ou ideologias, ou discordâncias com o Município. Nós temos que encaminhar soluções - é isso o que a população busca. Realmente nos sensibiliza a situação dos funcionários do IMESF. Não estamos aqui com conhecimento do que está sendo tratado no governo municipal, que pode ser tratado até quarta-feira, para haver os encaminhamentos de concurso, de edital, do que vai ser feito, de qual será a decisão judicial, porque, como todos sabem, está judicializado o caso do IMESF, dos funcionários do IMESF. Nós desejamos que sejam reaproveitados, mesmo porque eles têm a expertise desse atendimento especial à saúde da família. Então, me contempla saber dessa especialização, e que certamente, eles serão aproveitados, e é o que se deseja.

Também nos preocupamos com outros que estão ficando sem os empregos, que são muitos, e outros que não conseguem empregos, porque tudo está parado, nem o serviço diário de manutenção, nada se está solicitando para trabalhos. A moção é bem-vinda no momento em que vem comprovar tudo o que nós sentimos. Quem não apoia os funcionários da saúde? Não existe quem não apoie; não existe nem na área dos políticos, nem na área das pessoas do cotidiano, porque são pessoas que nos atendem nas horas difíceis, não só na crise do Covid-19. O meu apoio a todos os funcionários, e acredito que o meu partido também tem se manifestado em nível nacional, pelo nosso presidente, a favor dos funcionários da saúde. Mas não vamos envolver aqui questões

ideológicas ou críticas ao governo municipal nesta moção. Isto é um outro debate. É este o nosso encaminhamento.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Primeiro, Presidente, eu gostaria de dizer que o combinado, Diretor Legislativo, Luiz Afonso, era que nós iríamos encaminhar projetos e ações relacionados ao Covid-19. Então, se é isso, eu gostaria que fosse revista essa votação da moção de apoio do Ver. Oliboni, porque ela trata de uma matéria que não condiz com o Covid-19, a questão do IMESF não é uma questão que nós nos propusemos votar. O Ver. Oliboni usa de uma artimanha política para votação de uma Moção de Apoio aos Trabalhadores da Saúde Pública, para trazer à discussão o IMESF. Essa é a situação que eu queria colocar, Sr. Presidente, antes da minha fala.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Foi levantado, anteriormente, nos encaminhamentos que ocorreram, uma impugnação formal ao último artigo; foi pedido, inclusive, ao Ver. Oliboni, como autor da emenda, que abrisse mão disso, não precisava concordância, e como tal, se for entendido que o último capítulo da moção, o último parágrafo altera o seu julgamento, acho que prejudica. Mas acontece que essa ação gera discordância. Não vejo nenhum senão; haveria a possibilidade, inclusive, de os vereadores que assim entendem, solicitar, penso eu, o destaque desse parágrafo final, que seria votar apartado: vota o principal, depois vota o apartado. Parece-me que é o caminho. Não decidi pela questão de ordem, que não me pede decisão, me pede orientação. A orientação que eu sugiro é essa, eventual destaque do parágrafo, o que permitiria, segundo o restante fosse aprovado por unanimidade, ou pela maioria, e o destaque final fosse discutido em apartado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para orientação, Presidente, não há possibilidade de destacar trecho de moções.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Bom, em não havendo, não há como nós quisermos alterar, por decisão própria, a respeito do conteúdo de uma moção. Se a moção será ou não prejudicada pelo último parágrafo, vai depender do entendimento de cada um.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Quero fazer uma colocação, porque uma coisa é a gente votar matérias relacionadas ao Covid, à situação da pandemia, a que nós enfrentamos neste momento, e pela sua fala, anterior à minha, ficou muito claro que está fazendo uma moção para discutir a relação do IMESF. A fala dele foi inteiramente direcionada à saúde pública do Município, a forma dele pensar, e ao IMESF, que não tem nada a ver com a pandemia. Eu gostaria que o Ver. Oliboni retirasse essa parte, ou que nós rejeitássemos essa moção, porque amanhã o Ver.

Oliboni vai botar nas redes sociais que os vereadores são contra os servidores da saúde, aos trabalhadores da saúde - o que não é verdade.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Mauro, essa já é a sua fala do encaminhamento?

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Não, eu estou ainda na questão de ordem. Alguns vereadores estão pedindo que querem discutir esse encaminhamento que eu dei, de que essa moção não pode ser votada, Dr. Luiz Afonso, porque ela não condiz com o que foi combinado. Não tem nada a ver com a pandemia, ela trata do IMESF.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Essa decisão, Ver. Mauro, de colocar as moções, a primeira que foi protocolada foi a do Ver. Cassio, depois foi protocolada a do Ver. Oliboni. Foi tratado isso com o Presidente ontem à noite.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Pois é, mas ela veio com uma roupagem, o Ver. Oliboni fez...

(Manifestações paralelas. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quem é que atende à população?

(Problemas técnicos no som.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Relativamente à questão de ordem do Ver. Mauro?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Sim. Eu entendo o seguinte: a questão de ordem envolve matéria de mérito, inclusive V. Exa. mesmo me esclareceu que não é possível se destacar o trecho final. Não havendo isso, não há remédio jurídico. Acho que, no entendimento de que está extrapolando o acordado, não cabe mais do que já foi anunciado. No entendimento de muitos, esse último capítulo compromete a moção. Se isso é a opinião da maioria ou da minoria, só a votação vai poder decidir posteriormente. Não há outro caminho senão continuar o encaminhamento e, a seguir, colher os votos. Entendo encerrado o assunto em termos da questão de ordem do ilustre vereador-líder do governo, assegurada a palavra dele para fazer o encaminhamento.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, só me resta dizer que quero homenagear todos os profissionais da saúde pelo excelente trabalho que têm feito não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro. No mundo inteiro, tem-se acompanhado o belíssimo trabalho dos profissionais de saúde, que são as pessoas que hoje estão garantindo a vida das pessoas, colocando a sua própria vida e de seus familiares em risco. Eles merecem a nossa homenagem. Agora eu não posso votar favorável a uma moção de apoio do Ver. Oliboni, em que, na verdade, ele usou os servidores, os profissionais de saúde para fazer um debate ideológico sobre como tratar a saúde. Ele ataca o governo municipal, dizendo que o governo municipal não cuida da saúde do Município, o que é uma verdadeira falácia, porque hoje nós vimos as modificações que estão sendo feitas no município de Porto Alegre, onde os postos de saúde que estão sendo utilizados pela Santa Casa, Divina Misericórdia com profissionais contratados por essas instituições estão funcionando muito bem, muito melhor do que funcionavam antes. A população inteira da cidade de Porto Alegre está pedindo que mais postos de saúde tenham esse tipo de atendimento. O atendimento melhorou, os postos de saúde estão atendendo até mais tarde, estão atendendo muito mais pessoas, não tem mais aquele negócio de fichas, as pessoas são atendidas. Então é uma evolução que o Ver. Oliboni não concorda, e ele tem todo o direito de não concordar; em vez de defender a população e a cidade de Porto Alegre, o Ver. Oliboni prefere defender que tem que ter concurso público, que tem que ter servidores, que tem que ser totalmente estatal o serviço público, e com isso eu não concordo, o governo pensa diferente do Ver. Oliboni. Mas fazer uma moção usando os trabalhadores da saúde para utilizar a sua ideologia e o seu pensamento, eu sou obrigado a votar contra, apesar de querer votar favorável à saúde pública e agradecer e parabenizar o grande trabalho que estão fazendo. Peço também que o Ver. Cassio nos ajude a derrotar o Ver. Oliboni e botar a sua moção logo após a votação, para que a gente possa aprovar uma moção de apoio aos servidores da saúde, aos profissionais da saúde, que estão fazendo um belíssimo trabalho, o que eu quero ressaltar. Parabéns a todos os profissionais da saúde pelo seu belo trabalho. Agora, a moção do Ver. Oliboni é uma moção demagógica, populista, que está aproveitando o momento para fazer um debate político de algo que não deveria nem estar acontecendo hoje na Câmara de Vereadores, está desviando o assunto.

Muito obrigado a todos os vereadores. Votarei contra a moção do Ver. Oliboni, se ele não tiver a sensibilidade de retirar, como vários vereadores já pediram, aquele último artigo que fala sobre o IMESF. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, novamente, o meu encaminhamento vai ser bem breve e objetivo, ao contrário de muitos longos encaminhamentos. Eu sinto muito, aliás, não termos um controle mais efetivo do tempo, um respeito dos parlamentares pelo tempo, o que torna esta reunião muito mais longa do que poderia ser. Eu sinceramente lamento, num momento tão delicado, a gente estar fazendo uma discussão política, partidária, ideológica aqui. A gente está vendo uma calamidade na nossa cidade, uma pandemia no nosso País, e estamos fazendo sinalizações de bandeiras, de virtudes para o grupo político que nos interessa. Isso é absolutamente desprezível, e é por isso que meu encaminhamento é contrário a essa moção. É óbvio que todo mundo é a favor dos profissionais de saúde, mas também é óbvio que ninguém é burro para não entender que isso é só uma sinalização de virtude para a pauta do IMESF que o PT e o PSOL estão vendendo há tanto tempo. Eu deixo aqui o meu desprezo, faria uma moção de repúdio, inclusive, por essas tentativas vis de manipular a narrativa com a população, mas não farei, porque eu acho que isso é desperdiçar recurso público e tempo de todos nós, discutindo algo que não resulta em nada efetivo para o que a população da nossa cidade mais precisa neste momento. Essa é a minha manifestação; encaminho meu voto contrário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Novamente, estamos voltando na questão da moção. Eu peguei duas coisinhas aí que me impressionaram e que provam o que meus companheiros estão falando. Está muito politizada essa moção. O Robaina disse que isso nem iria importar para o prefeito. Se não vai importar, por que é que a gente está fazendo todo esse escarcéu aqui? Por quê? Só pelo lado político? Por outro lado, o próprio Oliboni disse que não tinha muita importância. Se não tem importância, para que nós estamos debatendo uma moção? Vamos fazer o seguinte agora: a nossa bancada vai votar contra, a não ser que se retire essa parte final sobre o IMESF. O IMESF, para quem está nos ouvindo, já cansamos de falar, foi prejudicado pelas próprias corporações sindicais, que entraram no Supremo para terminar, praticamente, com o IMESF. Agora querem se fazer de vítimas. Nós somos a favor do funcionalismo, nosso partido é a favor dessa rede maravilhosa na saúde que os funcionários fazem em Porto Alegre, em todo o Estado, no Brasil. O que nós devemos fazer, acho que eu tenho mais ou menos uma ideia, vamos fazer uma coisa só. Acho que na do Cassio estão faltando algumas coisas também, acho que nós poderíamos incluir o trabalho, a questão social, fazer uma coisa bonita, uma coisa boa, se unir. Infelizmente, o Oliboni não quer retirar aquela parte ali, poderia ficar bem enxuto para todos nós. Não é hora de brigar, não é hora de trazer política dentro de uma moção, até porque nós deveríamos estar votando coisas mais importantes do que uma moção para uns aparecerem; e capaz,

como disseram aí, de amanhã tu ires para a imprensa dizer que nós não quisemos. Não, nós queremos, mas a favor do funcionário, do trabalho da saúde de Porto Alegre especificamente. Vamos fazer uma coisa completa, Presidente, que seja da Câmara de Porto Alegre, de todos os vereadores. Vamos aglutinar, é hora de união, não é hora de dividir. Politicagem agora não dá. Um abraço, o nosso partido vota contra.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Acho que estamos de parabéns pelo trabalho, estamos trabalhando a tarde inteira com um debate em torno dessa questão da pandemia. Eu ouvi atentamente as manifestações das bancadas que nos antecederam, a gente percebe que existe uma preocupação externada pelo PTB na fala externada pelo PTB na fala do Ver. Cassio, com relação a uma ponderação, mas nos parece que o autor Oliboni acha importante e oportuna a sinalização da Câmara, através de uma moção de solidariedade, para que neste momento, pelo menos por enquanto, não sejam feitas demissões na área da saúde, em especial daqueles que estão trabalhando por conta da contratação feita pelo IMESF. Eu acho que a Câmara se manifestar no sentido de dar guarida aos profissionais, especialmente os da área da saúde, neste momento em que a pandemia assola a sociedade, é oportuno. Moções de solidariedade nós temos acompanhado, e não seria diferente neste momento, que é um momento de gravidade, em especial por todo transtorno que está causando e todo risco que os profissionais da área da saúde vêm correndo, em especial pela falta dos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, ou seja, as máscaras, as luvas, o álcool gel. Então, se fizéssemos um movimento e criássemos uma janela, apenas por uma moção de solidariedade, como foi dito, não quer dizer que vai ser cumprida, seria uma sinalização que faz a Câmara para que não haja demissões na área da saúde. Eu acho que não causaria nenhum problema maior para a cidade e nem para a sociedade porto-alegrense; ao contrário, essas pessoas já vêm de um treinamento, elas já estão na ativa, e não serem demitidas, pelo menos por enquanto, seria uma forma também de a Câmara se manifestar no sentido de dar guarida e proteção para a sociedade, mantendo não só novas contratações, mas também as atuais, e estando sensível a não demissões na área da saúde. Acho que seria oportuno e importante, e o PDT, de maneira resumida, encaminha a favor da moção. Era isso, obrigado. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu não havia me inscrito, porque não há e não vejo possibilidade de o prefeito, neste momento, sair a demitir o pessoal que atua na área da saúde. Portanto, faço um apelo ao Ver. Oliboni, que retire a parte final da proposição, até para que esta moção seja aprovada. Eu acho que ela precisa ser aprovada, mas com essa manifestação final do requerimento há uma série de resistências e nós corremos o risco de não aprovar esta proposta, e não ficaria bom para nós, enquanto vereadores de Porto Alegre. Depois que discutimos a tarde inteira esta moção, acho muito ruim, depois de quatro horas de discussão ou mais, rejeitar a proposta de moção de apoio e solidariedade aos profissionais da saúde de Porto Alegre, do Estado e até do Brasil. E acho também que tem outras categorias de profissionais que estão atuando aí e que também merecem uma moção de apoio. Portanto, vamos aprovar a proposta do Oliboni. Ele retira a parte final e com isso se aprova, com certeza, por unanimidade. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra, para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Boa tarde a todos. Confesso, Ver. Oliboni, que quando soube da notícia de moção de apoio aos nossos profissionais de saúde, achei até uma ironia do destino que o meu primeiro ato nesse retorno à Câmara de Vereadores fosse aprovar uma moção proposta pelo senhor e pela bancada do PT. Ocorre que há uma armadilha dentro dessa moção de apoio, e eu concordo aqui com os demais vereadores que colocaram que este não é o momento para politizarmos o debate e nem colocarmos uma visão ideológica sobre como deve ser tratada a saúde no Município. Todo este momento que nós vivemos nessa gravíssima crise, não apenas na nossa cidade, mas no País e no mundo, está muito além de qualquer debate ideológico, por isso também faço coro aos colegas que pediram a retirada da parte final do texto para que nós possamos, aí sim, encaminhar e aprovar a moção de apoio a nossa classe médica que tanto tem lutado em todas as nossas unidades de saúde, hospitais, Porto Alegre afora, contra o coronavírus.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado. Saúdo o Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão virtual.

Eu confesso que me surpreendi com a reação dos colegas vereadores, na medida em que estamos falando de um tema muito conhecido, a atenção básica. A Atenção Básica é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde. São 44, se não me engano, locais de atendimento, pontos de saúde, que estão constituídos pelo Programa de Saúde da Família em Porto Alegre. Dizer que esses mais de 40 pontos de atendimento não tratam da contenção da epidemia, é para alguns que não conhecem como funciona o sistema, inclusive, esses pontos representam, na cidade de Porto Alegre, 55% do atendimento. Nós deveríamos ter 100% da população sendo atendida na Atenção Básica, porque ela é a referência dos encaminhamentos para média e grande complexidade. Nós não estamos aqui pontuando como se fosse algo extraordinário, de oposição ou política pública, nós estamos aqui falando, Ramiro, de algo concreto, que está acontecendo, e quem provocou não foi a oposição, quem provocou e botou essa questão na mesa foi o secretário de saúde, quando, numa audiência no Ministério Público do Trabalho, disse, textualmente, está em ata, que ele pretendia demitir esses servidores em abril e maio, lamentavelmente, no período da elevação da pandemia em Porto Alegre. O que os trabalhadores estão fazendo, Ver. Cassio e Ver. Mauro – não é só a bancada do PT, do PSOL, do PTB, enfim, dos vereadores que vão votar favoravelmente –, é um apelo, porque, queira ou não, eles são do IMESF, que poderá ser extinto ali na frente, para não serem demitidos agora, em função da importância do atendimento da atenção básica em Porto Alegre. Então, o que se pede com essa moção, é apenas uma sensibilidade do governo, para poder reconhecer esse atendimento. Agora, se sabe, é claro, que muitos comprometidos com o atual governo, na ideia de fazer da saúde uma mercadoria para ter lucro, entregam para a iniciativa privada. Isso é uma questão de linha de atuação política de alguns governos. Nós somos, sim, radicalmente contra à terceirização, às concessões, às privatizações, por isso mostramos claramente a ideia da valorização do servidor público através de ações concretas. Esta moção, por mais simples que seja, dialoga, sim, com esse momento tão difícil e duro que passa não só o cidadão, mas também aquele trabalhador que está lá na ponta, trabalhando sem EPIs, sem atenção do governo muitas vezes e sem o apoio institucional em poder ampliar o atendimento a toda a população. Por isso essas grandes filas que estão acontecendo até mesmo numa vacinação. Nesse sentido, a gente pede a colaboração e o apoio dos vereadores para aprovar, sim, a moção integralmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal a Moção de Solidariedade/Apoio aos Profissionais da Saúde, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais matéria a ser votada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Dessa forma, levando em conta o adiantado da hora, está provado que a sessão virtual também dá destaque. Ouvi vários comentários de pessoas que nos acompanharam pela TVCâmara até agora, mostrando que dá visibilidade, demonstrando que a Câmara está trabalhando.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h20min.)

* * * * *